



ELO



ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

Ano XIV - Nº 171

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Novembro — 1988 — 30\$00

EDITORIAL

ADFA E GOVERNO COOPERAM

A convite da Direcção Central esteve na Sede da ADFA o Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, no passado dia 15.

Sempre manifestamos, durante o actual mandato, que havia que procurar repor toda a verdade e por isso, para nós, só o «diálogo» é «alternativa», pelo que este se tornou, desde 15 de Julho de 1988 a nossa grande aposta. Os tempos que correm indicam que através do diálogo e da concertação se podem alcançar os objectivos que temos de atingir. Fomos sempre claros, pragmáticos e muito firmes; pela frente deparam-se-nos diversos «dossiers» simultaneamente: a Sede, a legislação, o Plano Nacional de Reabilitação, os contactos internacionais, a participação da ADFA na FMAC, etc.. *Escolhemos esta via e porquê?* Porque temos a «razão». Porque ficámos deficientes ao serviço da Pátria e porque merecemos da Nação o devido reconhecimento. Somos hoje um país membro da Comunidade Europeia, comunidade que assenta em valores nobres, nomeadamente a democracia, a dignidade, a justiça social e a paz. Tudo isto sempre conseguido em clima de diálogo.

HÁ cerca de um ano encetámos contactos com a Defesa Nacional, expusemos, com frontalidade e transparência, os nossos problemas e, passado este período culminado com a visita à Sede nacional do respectivo Secretário de Estado, reconhecemos a abertura, a sensibilidade e a vontade de encontrar soluções por parte do dr. Santos Ramos e afirmamos que *o resultado é positivo. Perguntarão: mas porquê?* Compete ao Estado, e muito concretamente ao Governo, resolver, solucionar, reparar as injustiças que ainda tocam muitos deficientes militares. Mas só a nós, com muita objectividade, compete dizer o que queremos. E compete à ADFA, de uma vez por todas, definir projectos, dinamizando os mais candentes e os que melhor sirvam os nossos princípios. Pensamos que estão criados, em simultaneidade, condições e expectativas. *Porquê, então, não admitir aquele pressuposto?*

CONCLUÍMOS que da parte do MDN houve uma verdadeira resposta ao reconhecer, por proposta da ADFA, a necessidade de criação, no âmbito da sua Lei Orgânica, de um serviço específico que equacione os problemas dos Deficientes Militares.

Para nós isto significa o assumir da responsabilidade, por parte do Governo, da realidade que hoje somos e também, por outro lado, a maior responsabilidade da Associação. Será que somos capazes de corresponder? Acreditamos que sim! O nosso III Congresso terá que responder, de imediato, às questões que queremos. É preciso prepararmo-nos para grandes desafios. Tenhamos coragem e confiança; deixemo-nos de complexos e assumamos a obrigação de impor a nós mesmos o desafio da modernidade; apostemos numa qualidade e numa participação activa, em que todos expressemos as nossas ideias; apaguemos os dogmas e os mitos da ADFA. **O FUTURO DEPENDE DE NÓS E TERÁ QUE SER CONSTRUÍDO COM DIÁLOGO FIRME MAS SERENO.**

A DIRECÇÃO CENTRAL



O Secretário de Estado da Defesa Nacional
assina o Livro de Honra da ADFA no decorrer da visita de trabalho que realizou à Sede
no dia 15 de Novembro



Desporto da ADFA

Grande movimentação
dos nosso atletas
em Dezembro



ANIVERSÁRIO DO ELO



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

• *Lei n.º 104/88 de 31 de Agosto, publicada no Diário da República, I.ª Série, n.º 201 de 31 de Agosto de 1988.*
— Execução em Portugal de decisões que constituem título executivo proferidas em virtude da aplicação dos tratados instituintes das Comunidades Europeias.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

I • *Decreto-Lei n.º 305/88, de 2 de Setembro, publicado no Diário da República, I.ª Série, n.º 203 de 2 de Setembro de 1988.*
— Altera algumas disposições do Decreto-Lei n.º 39, de 25 de Janeiro de 1983 (Registo Criminal).

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

• *Decreto-Lei n.º 310/88, de 5 de Setembro, publicado no Diário da República, I.ª Série, n.º 205 de 5 de Setembro de 1988.*
— Venda de casas construídas pelos municípios ao abrigo do Decreto-Lei n.º 34486 de 6 de Abril de 1945.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• *Decreto-Lei n.º 315/88, publicado no Diário da República, I.ª Série, n.º 208 de 8 de Setembro de 1988.*

ELO, continuando a publicar a súmula da legislação saída, vai, dentro do espaço disponível, fazer chamadas de atenção para as leis, saídas desde Junho passado, que digam mais directamente respeito aos nossos associados (letra carregada) ou que para eles ter mais interesse. Assim:

— *Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/88, DE 1-8-88 (Presidência do Conselho de Ministros)* — considerando que o novo regime remuneratório dos militares do quadro permanente se baseia no valor padrão da estrutura indiciária militar, fixa em 160 000\$00 (cento e sessenta mil escudos) ilíquidos, o valor padrão mensal para o posto de general, a vigorar desde 1 de Maio de 1988 (D.R. 138, de 18 de Junho de 1988);

— *Decreto-Lei n.º 217/88, de 27-6-88 (Presidência do Conselho de Ministros)* — simplifica o procedimento administrativo quanto à obtenção económica dos cidadãos, bem como os termos

— Determina que a competência para a contagem do tempo de serviço de funcionários da ex-administração ultramarina seja transferida para a Caixa Geral de Aposentações.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

• *Decreto-Lei n.º 316/88, publicado no Diário da República, I.ª Série, n.º 208 de 8 de Setembro de 1988.*
— Estabelece o novo regime remuneratório dos cargos de governador civil e vice-governador civil.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• *Portaria n.º 623/88, de 8 de Setembro, publicada no Diário da República, I.ª Série, n.º 208 de 8 de Setembro de 1988.*
— Altera os artigos n.º 41.º e 45.º do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores aprovado pela Portaria n.º 487 de 27 de Abril de 1983, e revoga o artigo 40.º do mesmo Regulamento.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• *Decreto-Lei n.º 320/88 de 14 de Setembro, publicada no Diário da República,*

de identidade e justificação administrativa, passados pelas Juntas de Freguesia, nos termos das alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 27.º do Dec.-Lei n.º 100/84, de 24 de Março de 1984 (D.R. 146, de 27 de Junho de 1988);

— *Decreto-Lei n.º 242/88, de 7-7-88 - Ministério do Emprego e Segurança Social* — face à multiplicação de acções de formação profissional financiadas por verbas comunitárias, debruça-se sobre «direitos e deveres dos indivíduos não vinculados por relações de trabalho subordinado que frequentem acções de formação profissional de natureza extra-escolar», devendo tais deveres e direitos serem formalizados por contrato escrito, assim como impõe às entidades formadoras «obrigação de participarem aos serviços de emprego as acções de formação a realizar, por forma a não só permitir o mais rigoroso controlo da forma como decorrem essas acções, mas também possibilitar a atem-

I.ª Série, n.º 213 de 14 de Setembro de 1988.

— Disciplina o estabelecimento e utilização de estações e redes de radiocomunicações.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• *Portaria n.º 582/88 de 23 de Agosto, publicada no Diário da República, I.ª Série, n.º 194 de 23 de Agosto de 1988.*
— Regulamenta o Decreto-Lei n.º 141 de 22 de Abril de 1988, (Alienação de fogos de habitação social propriedade do Estado).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• *Decreto-Lei n.º 289/88, publicado no Diário da República, I.ª Série, n.º 195 de 24 de Agosto de 1988.*
— Simplifica o processo de desalfandegamento, criando uma caução global.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• *Decreto-Lei n.º 290/88 de 24 de Agosto, publicado no Diário da República, I.ª Série, n.º 195 de 24 de Agosto de 1988.*
— Altera o regime de tributação em imposto sobre o valor acrescentado (IVA) dos serviços prestados por Jurisconsultor, advogados e solicitadores.

pada divulgação dos disponíveis numa determinada área». Atribui ainda «aos centros de emprego a tarefa de organização e manutenção de um ficheiro dos formandos, os quais são obrigados, após conclusão dos cursos de formação, a inscrever-se como candidatos a emprego (D.R. 155/88, 7 de Julho de 1988) e

— *Decreto-Lei n.º 266/88, de 28-7-88 (Ministério das Finanças)* — altera a redacção do artigo 9.º do Dec.-Lei n.º 404/82, de 24 de Setembro de 1982 no que diz respeito aos princípios a que devem obedecer a atribuição das pensões de preço de sangue e das pensões por serviços excepcionais e relevantes prestados ao País e no que concerne à carência económica dos beneficiários, assim como, no art.º 33 do mesmo Dec.-Lei 404/82, refere o modo de proceder e penalizações por atraso ou violação no seu cumprimento (D.R. 173, de 28 de Julho de 1988).

● Sede

Proseguem os trabalhos e contactos com vista à concretização do projecto «Sede», agora que temos os terrenos atribuídos.

E adiantados que estão os estudos preliminares por parte dos sócios Ferreira Gomes e Bernardino Sardinha, foi decidido abrir concurso limitado para apresentação de propostas de orçamento relativas ao projecto global de construção, tendo sido contactados alguns gabinetes especialistas nesta área. Em presença dos vários dossiers apresentados, foi decidido aceitar o proposto pelo gabinete Saneuropa, no valor de 9 843 884\$00, atendendo ser o que oferece melhores garantias técnicas, para além de custo mais baixo.

Por outro lado, para além da obtenção de verbas «oficiais», pensa-se numa vasta campanha nacional de angariação de fundos, entre os associados, na ideia de que o deficiente, no seu direito/luta de igualdade, colabora activamente, não apenas pedindo e recebendo, mas também dando.

Entretanto, aguarda-se a marcação de data de audiência com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, uma vez que já foi deferido o respectivo pedido.

● Guiné Bissau

Foi com prazer que recebemos notícias da Secretaria de Estado dos Combatentes guineense, dando conta da próxima realização de uma Assembleia Geral com vista à criação de um Comité Nacional dos Veteranos de Guerra, com o qual esperamos vir a desenvolver frutuozos contactos. Salientamos que uma delegação da Guiné-Bissau estará presente, como observadora, na 19.ª Assembleia Geral da FMAC, em Manila/Filipi-

nas, pelo que aí haverá já possibilidade de troca de impressões com a sua congénere da ADFa.

● 7.º Encontro Internacional de Cegos de Guerra

Com vista à representação da ADFa neste importante evento, a decorrer na República Federal da Alemanha de 25 a 30 deste mês, encontram-se já naquele país os sócios José Eduardo Gaspar Aranda, Artur Abel dos Santos Fortuna e Joaquim Couceiro Ferreira.

Em próximo ELO será dado destaque a este assunto.

● V Colóquio da Imprensa Militar

Na sequência de iniciativas similares levadas a cabo em anos anteriores pela direcções de várias publicações militares, vai realizar-se, de 13 a 15 de Dezembro próximo, o «V Colóquio da Imprensa Militar».

Organizado, em 1988, pela revista «Boinas Verdes», este encontro visa, nos termos do convite enviado, «proporcionar aos responsáveis pelas publicações periódicas das Forças Armadas e das Forças de Segurança, uma oportunidade para trocar conhecimentos e experiências, permitindo-lhes, igualmente, reflectir em conjunto sobre as principais questões características da Imprensa militar, entendida como veículo para o esclarecimento da opinião e para o reforço da unidade nacional».

Em representação da ADFa, e apresentando uma comunicação, estará presente o Director do «ELO», Patuleia Mendes.

● Fundação Gulbenkian subsidia

Como já vem sendo habitual de há anos a esta parte, o Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian concedeu à ADFa um subsídio extraordinário de 300 000\$00 (trezentos mil escudos), com vista a participação na compra de cadeira de rodas, triciclos motorizados e outras viaturas automóveis.

As normas de pedido de comparticipação estão publicadas na página 3.

● ADFa - Organização Não Governamental?

Considerando as vantagens de vária ordem, consignadas no Estatuto das Organizações Não Governamentais, foi decidido encarregar o nosso Contencioso de proceder, com a maior brevidade, ao estudo e preparação de todas as formalidades necessárias à candidatura àquele Estatuto.

● Feira das Indústrias da Cultura

Na Feira das Indústrias de Lisboa, decorrerá de 14 a 22 de Dezembro (15 — 23 horas), a FEIRA DAS INDÚSTRIAS DA CULTURA.

Por especial gentileza da Direcção da FIL, fomos concedido um pavilhão de 18 metros quadrados e o respectivo mobiliário, pelo que queremos expressar os nossos agradecimentos a esta entidade e nomeadamente ao comandante Caldeira Santos, seu director-adjunto.

O pavilhão da ADFa será o n.º 126 e nele estarão patentes algumas actividades culturais desenvolvidas pela nossa associação, como sejam cerâmica, jornal ELO, tipografia e desporto.

As áreas e campos em exposição abragem o livro, os jornais e revistas, as artes gráficas, a rádio, o cinema, a televisão e o vídeo, o espectáculo, a música, as artes plásticas, a fotografia, a publicidade, a ciência e a tecnologia, o património artístico e cultural.

Transcrevemos, de seguida, parte de uma comunicação da FIL, sobre este acontecimento: «Dir-se-ia que ao desenvolver o seu modo de viver, ao relacionar-se consigo próprio, através das expressões materiais que foi corporizando, o homem modificou, enriqueceu e transformou o ambiente que lhe é próprio. O Mundo tem sido, assim, uma dialéctica constante entre o homem e a sua projecção fundamental — a cultura —, e a sociedade que construiu nas suas múltiplas vertentes.

É esta dialéctica, esta ponte interactiva entre a cultura e a actividade económica, que nos propomos mostrar na Feira das Indústrias da Cultura».

Será, com certeza, uma óptima oportunidade de tomar conhecimento directo com o que se passa no mundo da cultura, em Portugal. A não faltar, portanto.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 36 21 67/8/9

Corpo Redactorial:

Abel Fortuna, Armindo Roque, Eduardo Cascada, Jerónimo de Sousa, José Sande, Paula Fervereiro e Vitorino Martins

FESTAS DE NATAL

Mais Festas de Natal que temos o prazer de anunciar.

A de Faro, no dia 3 de Dezembro, pelas 16 horas, nas instalações da Delegação (R. de São Pedro, 30), com lanche para crianças menores de 12 anos, música e um rancho folclórico, para além das naturais surpresas.

E a delegação do Porto, tal como nos anos anteriores, «atira-se» também para fora da cidade, levando este convívio e esta confraternização a:

Santa Maria da Feira, no dia 8, no salão de festas do INATEL; *Amarante*, no dia 10, na Escola Secundária; *Viana do Castelo*, no dia 17, na Escola Preparatória Frei Bartolomeu dos Mártires e *Porto*, naturalmente, no dia

18, no Cine-Teatro Júlio Dinis, todos os espectáculos a começar pelas 15 horas.

teio, no dia 18 de Dezembro, de um vídeo (1.º prémio), uma máquina de lavar roupa (2.º) e um microcomputador (3.º), tendo já enviado quatro bilhetes a cada sócio, podendo, quem queira mais, pedi-los directamente.

E destas festas, assim como de todas as outras realizadas pela ADFA em todo o país, esperamos dar notícia no próximo «ELO». Para isso chamamos a atenção dos seus organizadores para a



Para fazer face aos encargos desta realização, a Delegação vai proceder a um sor-

necessidade de enviar, logo que possível, o respectivo relato e fotografias.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Assembleia Geral Extraordinária da Delegação de Faro, convoca os associados desta Delegação nos termos do n.º 3 do Art.º 48 dos Estatutos da ADFA para uma Assembleia Geral de Delegação a realizar no dia 3 de Dezembro do corrente ano, das 14 às 18 horas na sede da Delegação de Faro, com vista à eleição dos delegados que vão representar a Delegação de Faro no III Congresso Nacional da ADFA a realizar em 14 e 15/1/89.

O Presidente da MAGDF
José António Pereira dos Santos Morte

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Assembleia Geral Extraordinária da Delegação de Évora convoca os associados desta Delegação nos termos do n.º 3 do Art.º 48 dos Estatutos da ADFA para uma assembleia geral de delegação a realizar no dia 8 de Dezembro de 1988 pelas 9H00 na sede da Delegação com vista à eleição dos Delegados ao III Congresso da ADFA pela Delegação de Évora, bem como no período «antes da ordem do dia» analisar as teses a apresentar no Congresso.

O Presidente da MAGD
Inácio Augusto Carmelo Grazina

Ex-combatentes escrevem...

Apareceu recentemente num órgão de comunicação social, pelo menos, em rubrica de correspondência do leitor, uma carta de «vários ex-combatentes na guerra colonial» fazendo observações várias quanto a legislação e a critérios de pensões, para além de considerações sobre o trabalho da ADFA.

Já não é novidade, dado que desde algum tempo vimos recebendo, também nós, cartas idênticas, e julgamos que do mesmo grupo, pela semelhança da redacção e pelo facto de não terem nome os remetentes.

Este tipo de actuação não nos merece outra resposta senão a de que, sendo a ADFA uma entidade de portas abertas, com estatuto próprio e com associados que defende e que a defendam, está, como sempre esteve, pronta a receber sugestões (construtivas), a discuti-las e a dar-lhes o devido seguimento, mas também sempre num espírito de frontalidade, de honestidade e de lealdade.

Estamos em vésperas do III Congresso, fórum alargado para debate de todos os problemas que nos afligem. *Aqueles que nos têm escrito, apareçam!* Nessa altura serão tomados em merecida conta, eles e as questões que pretendam levantar, pois admitimos perfeitamente que possam ter razão no que desejam.

Subsídios Gulbenkian para transportes

A exemplo dos anos transactos, a Fundação Calouste Gulbenkian atribuiu à ADFA um subsídio no montante de 300 000\$00 (trezentos mil escudos) destinado a subsidiar a compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e participação na compra de viatura própria dos sócios da nossa Associação portadores de grandes deficiências motoras sensoriais e psíquicas.

No caso da aquisição de cadeiras de rodas e triciclos motorizados, o respectivo subsídio só será atribuído quando se verificar a não atribuição deste material por parte das entidades médicas militares ou do Serviço Nacional de Saúde.

Os subsídios na participação para compra de viatura própria e de acordo com as normas 1/DC/80 em vigor,

destinam-se apenas a sócios com deficiência igual ou superior a 60 por cento, de desvalorização.

A definição de prioridade é ditada pela conjugação de vários factores entre os quais se destacam o maior grau de desvalorização e os proventos auferidos de acordo com a legislação que os abrange.

Assim, dada a exiguidade das verbas disponíveis para este tipo de apoio, geralmente, apenas são contemplados os nossos associados portadores de grandes deficiências motoras ou sensoriais.

Para o concurso de 1989, os sócios interessados devem preencher os processos respectivos na Sede ou nas Delegações até 31 de Janeiro procedendo-se à atribuição no decurso do mês de Fevereiro de 89.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Assembleia Geral Extraordinária da Delegação do Funchal convoca os associados desta Delegação nos termos do n.º 3 do art.º 48 dos Estatutos da ADFA para uma Assembleia Geral da Delegação a realizar no dia 3 de Dezembro de 1988 pelas 14 horas na sala do Ateneu Comercial do Funchal com vista à eleição dos Delegados ao II Congresso da ADFA pela Delegação do Funchal.

O PRESIDENTE DA MAGD
José João Macedo

Imposto Único

No seguimento da informação que temos vindo a prestar aos nossos leitores e associados sobre a questão polémica de aplicação da Lei 106/88, de 17 de Setembro (imposto único sobre o rendimento das pessoas singulares — IRS), vimos hoje fornecer mais alguns dados:

- No Memorando apresentado pelo SNR ao Secretário de Estado da Segurança Social, ao fazer-se uma comparação entre os resultados de aplicação dos impostos Complementar e Profissional, com as suas matérias colectáveis, deduções e isenções, e os que se podiam prever com a aplicação do IRS, concluiu-se haver um agravamento na tributação dos rendimentos das pessoas com deficiência, pelo que apontavam formas concretas de se ultrapassar essa situação, ao mesmo tempo que se considerava que as pensões atribuídas aos DFA, no espírito do Dec.-Lei 43/76, sendo de natureza indemnizatória e pagas como renda vitalícia, deviam estar isentas;
- Criado um Grupo de

Trabalho na sequência da boa aceitação do anterior documento pela entidade de tutela, foi aquele integrado, para além de técnicos juristas do SNR, por representantes dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional, da ADFA e da UCNO (União Coordenadora Nacional das Organizações de Deficientes), foi analisado já o anteprojecto de código do IRS, tendo-se verificado que a situação se alterara, ficando agora mais atenuada a futura carga fiscal a incidir sobre a pessoa com deficiência. No entanto, é feita uma chamada de atenção para a necessidade de uma alteração de modo a tornar automática a actualização do limite do valor de dedução, indexando-o ao salário mínimo nacional.

Quanto à tributação da pensão DFA, foi adiada para mais tarde o seu tratamento, dada a sua especial natureza. Sobre esta questão, no entanto, chamamos a atenção das declarações do Secretário de Estado da Defesa Nacional (páginas centrais).

Viaturas Citroën

MOD.	PREÇO BASE	P. V. P.
2 CV 6 CLMB	629 229\$00	830 540\$00
AX 10 RE 3 PORTAS	700 431\$00	1 064 320\$00
AX 11 RE 3 PORTAS	798 561\$00	1 134 999\$00
AX 11 TRE 3 PORTAS	888 305\$00	1 240 000\$00
AX 14 T2S 3 PORTAS	957 800\$00	1 477 820\$00
AX 6T 3 PORTAS	1 104 335\$00	1 649 266\$00
AX SPORT 3 PORTAS	1 166 278\$00	1 664 983\$00
AX 11 RE 5 PORTAS	852 835\$00	1 198 500\$00
AX 11 TRE 5 PORTAS	944 715\$00	1 306 000\$00
AX 14 TRS	967 612\$00	1 489 300\$00
BX 11	1 110 527\$00	1 500 000\$00
BX 14 RE	1 301 544\$00	1 880 000\$00
BX 16 TRS PACKAGE 1	1 498 425\$00	2 478 141\$00
BX 16 TRS PACKAGE 2	1 565 032\$00	2 556 071\$00
BX 16 TRS PACKAGE 3	1 736 337\$00	2 756 498\$00
BX 19 TRS	1 699 493\$00	4 310 440\$00
BX 19 GTI PACKAGE 1	1 779 034\$00	4 403 503\$00
BX 19 GTI PACKAGE 2	1 883 707\$00	4 525 971\$00
BX 19 GTI PACKAGE 3	2 027 281\$00	4 693 952\$00
BX 19 GTI 16 VÁLVULAS	2 246 125\$00	4 950 000\$00
BX 19 TRD LACKAGE 1	1 570 452\$00	4 159 619\$00
BX 19 TRD PACKAGE 2	1 695 753\$00	4 306 221\$00
BX 19 TRD PACKAGE 3	1 871 837\$00	4 512 240\$00
BX TRD TURBO	1 708 670\$00	4 149 999\$00
BX 16 RS BREAK EVASI. P1	1 506 372\$00	2 487 439\$00
BX 16 RS BREAK EVASI. P2	1 629 525\$00	2 631 528\$00
BX 19 RD BREAK EVASI. P1	1 727 299\$00	4 343 130\$00
BX 19 RD BREAK EVASI. P2	1 856 351\$00	4 494 121\$00
C 15 CARGA	1 003 794\$00	1 178 590\$00
C 15 FAMILIAR	991 079\$00	1 460 000\$00

Se optar pela pintura metalizada apenas terá um adicional de Esc. 30 000\$00.

A partir de Out. 88, os sócios podem dispor da versão BX TRD TURBO.

Os sócios interessados em viaturas CITROËN, podem pedir informações na Sede da ADFA, através do nosso delegado de vendas Alberto Pinto pelos telef. 362167, 321934 e após as 19 horas o 8595016.

Decida-se pelo melhor, aguardamos o seu contacto.

NOTE — Também trato da documentação necessária para a compra de viatura para pessoas deficientes.

ESTABELECIMENTO

Katy

ANTÓNIO CAMPOS MESQUITA

CALÇADO PARA: HOMEM — SENHORA — CRIANÇA

Rua Direita, 64 — Telef. 2 31 23
3500 VISEU
DESCONTOS AOS SÓCIOS DA ADFA

E. B. ELECTRO-BRUSANA

ELECTRODOMÉSTICOS
VENDA E REPARAÇÕES DE ELECTRODOMÉSTICOS
PINTURAS E PLASTIFICAÇÕES

Facilidades de pagamento aos sócios da ADFA

Av. João Paulo II, Zona J de Chelas
Lote 541 — Loja A — 1900 LISBOA
(Junto à Escola Primária) Telef. 85 20 35



Projecto Handynet



Em artigo anterior («ELO»/Out., pág. 4), foi referido que uma das acções específicas a desenvolver pela Comissão (CEE), «em consulta com os Estados-membros, as associações de deficientes e de suas famílias, os parceiros sociais e os organismos profissionais e voluntários que trabalhem no domínio do auxílio aos deficientes», era o PROGRAMA HANDYNET, tendo-se feito, então, uma espécie de historial da sua razão de ser.

Agora, e mantendo a colaboração do nosso sócio Jerónimo de Sousa, faremos a análise do programa em si mesmo. Antes, porém, é conveniente «enquadrá-lo» no que se passa em volta de nós.

Evidentemente que todos concordam, pelo observar diário, que a noção de «espaço» e «tempo» têm que ser, forçosamente, em termos gerais, muito diferentes do que era em tempos mais idos e mesmo apenas de alguns anos atrás, para além, evidentemente, de o ser também de pessoa para pessoa, conforme o seu estatuto, a sua idade, a sua profissão, etc.

As técnicas actuais permitem que este «espaço» e este «tempo»

sejam percorridos rapidamente, quase caminhando, em certo sentido, para a anulação. As distâncias são pequenas, o tempo de conhecimento quase imediato. E se isso é bom ou mau, cabe ao Homem decidir, servindo ou servindo-se dos meios adequados. No caso que nos interessa, a CEE tem conseguido, de forma positiva, convenhamos, levar a que todos os países integrantes, nalgumas áreas mais do que noutras, possam usufruir de direitos e deveres comuns, levando a que o cidadão de cada pátria seja tratado de forma semelhante aos das restantes, exigindo aos Governos esforços conjuntos, de forma a fornecer esse tratamento e essa possibilidade a cada «europeu».

E um dos avanços técnicos mais utilizados para esse fim, tem sido o da «informática». Por isso, também, que ele trabalhe em função do deficiente comunitário.

Dispersos por toda a CEE existem centenas de entidades oficiais e particulares que se dedicam ao problema da deficiência; existem, também, milhares de organismos e serviços (desde fábricas, armazéns, lojas

e aeroportos, hotéis, clínicas e jardins, piscinas, parques de campismo, etc., etc., e mais todo o tipo de equipamento) que servem, ou deviam servir, os deficientes e existem, ainda, variadíssimos, e por vezes contraditórios, regulamentos, leis, posturas e mais papelada.

Reunir e comparar, seleccionar e uniformizar tudo isso, é uma tarefa gigantesca que, para dar os devidos frutos, ultrapassando as ainda muitas questões políticas e sociais existentes — nós e entre os membros da Comunidade, precisará de anos de trabalho empenhado e do esforço de muita gente de boa vontade.

O «Programa HANDYNET» procurará, exactamente, esse fim, criando os meios para isso julgados necessários («Programa» ou «Sistema», conforme terminologia da decisão do Conselho que o incrementa — «sistema de informação computadorizada da Comunidade, nas línguas oficiais das Comunidades, sobre os problemas dos deficientes»).

Como foi dito («ELO»/Out.), ele integra-se num projecto mais vasto (HELLOS), «relativo à promoção da formação e da

reabilitação profissional, da integração económica, da integração social e da vida autónoma dos deficientes» (e recordemos que eles são cerca de 30 milhões na CEE), o qual está já, digamos, em segundo andamento (embora atrasado um ano em relação ao previsto, por discussão e dificuldade de aprovação...), mas sendo esta a primeira vez que o Handynet é considerado.

Neste momento existem quatro grupos de funcionamento ao nível HANDYNET:

A — constituído por vários centros europeus, trabalha na *sistematização da informação relativa às ajudas técnicas para deficientes* (Hoensbroeck, Moulhouse e Siva/Milão) e na *informação da base de dados* dessas mesmas ajudas (NRB/Escócia), sendo referida a necessidade da existência de uma regulamentação nacional na áreas das ajudas técnicas, classificação, recolha e difusão de informação, normas de qualidade, etc. e tendo-se constatado, por exemplo, que a classificação nórdica se revela adequada aos deficientes motores mas não aos invisuais;

B — Trabalhando na

área da deficiência visual, estuda *campos específicos de classificação das ajudas técnicas*, nomeadamente educação, desporto e tempos livres;

C — dedicando-se à problemática da *transmissão da informação para pessoas deficientes*, estuda o que existe, as inovações, os desenvolvimentos, etc.;

D — Aborda o problema dos logiciais (apoios) de educação, existindo já um programa comunitário de constituição de uma *base de dados relativamente à educação em geral*. Pretende-se ainda, nesta fase e a nível de acessibilidades, criar uma «check-list» estandardizada contendo dimensões, medidas, regulamentos, etc., referentes aos espaços e equipamentos disponíveis e utilizáveis.

Mas a mais curto prazo, o que o HANDYNET pretende, e tem de conseguir, é criar um *software* de «input» descentralizado para a constituição do próprio sistema, sendo muito importante, a este nível, o problema da recepção e da validação da qualidade dos dados. E assim, para a formação deste «módulo de ajudas técnicas», toda a recolha de informações é feita em diversos centros especializados espalhados pelos Estados-membros, sendo escolhidos entre os que desenvolvem esforços sistematizados não só nesta área como também na de divulgação dessa informação, podendo os interessados em participar e apresentar a sua candidatura através dos respectivos representantes nacionais no Grupo de Ligação.

Não se pretendo alterar, intervir ou até perturbar quaisquer trabalhos nacionais existentes, mas tão só articulá-los

como o comunitário, o objectivo em vista é ter constituído, em Janeiro de 1989, uma rede operacional de centros de recolha de dados, os quais funcionarão depois, também, como centros de difusão de informação a partir de subsistemas próprio (Handyids, Handynews e Handymail).

Lê-se na decisão do Conselho (Anexo, 2.D — sistema Handynet): «A Comissão pode completar e actualizar o primeiro módulo do Handynet, *Handyids*, que consiste numa base de dados europeia que inclua um inventário das ajudas técnicas e o relatório dos organismos públicos e privados implicados em todos os processos de produção e de atribuição de ajudas.

A Comissão dará prioridade ao desenvolvimento do módulo *Handyids* e apresentará um relatório ao Conselho até 1 de Julho de 1989.»

Antes de terminarmos, uma informação que iremos desenvolver em Dezembro, no último desta série de artigos: na sequência da visita ao nosso país de Daniëlle Rimbart e de Josiane Pierre, respectivamente Perito Principal e Consultora, para o Projecto Handynet, o Centro de Reabilitação e Formação Profissional (ADFA/Porto) foi proposto para integrar o grupo de trabalho nacional no que respeita, precisamente, ao actual desenvolvimento do subsistema Handyids e à preparação do subsistema HANDYNEWS.

As duas peritas da CEE, entre outras visitas de estudo, estiveram, em 6 de Novembro p.p., no CREP, com vista a avaliar as suas possibilidades de participação no Projecto.

(Continua)

STRESS DE GUERRA

Por EDITE SARAIVA (*)

Como se manifesta: apresentação de um caso

...Mas como este existem milhares em PORTUGAL...

O Sr. António é um ex-combatente da guerra colonial, com 40 anos de idade, solteiro e encontra-se actualmente desempregado, sendo a sua profissão mecânico. Ele dirigiu-se à consulta de psicologia da ADFA queixando-se de «coisas que me ficaram da guerra».

O Sr. António cumpriu serviço militar entre 1968/70 e fazia parte dum companhia de assalto e combate. Conta que quando esteve na guerra passou por muitas situações de grande terror tais como: medo de ser atacado, medo de morrer, ver os seus companheiros serem feridos e mortos, ver as populações atacadas, etc.. Refere, no entanto, que o seu regresso a Portugal se processou normalmente e que não sofreu qualquer problema físico ou psicológico. «Eu era dos da linha da frente «diz-nos ele. Sempre trabalhou sem qualquer problema e fazia bastante desporto,

sendo dos melhores da bola na sua equipa de futebol.

Foi 8 anos depois do regresso que tudo começou. Numa fase da sua vida em que, aparentemente, tudo estava normalizado, o Sr. António começou a sentir-se muito cansado e abatido. Deixou de se sentir capacitado para fazer desporto e para exercer a sua profissão, pois tudo o cansava e não suportava os barulhos.



Começam então a surgir uma série de sintomas que se classificam dentro do «stress de guerra», sintomas esses que se têm vindo a agravar ao longo destes anos e que persistem hoje em dia, o que levou o Sr. António a

pedir ajuda psicológica junto da ADFA.

As perturbações do sono e os pesadelos são sintomas característicos do stress de guerra, e deles o Sr. António se queixa. Tem dificuldades em adormecer e acorda muito cedo. Quando adormece, acorda muitas vezes a meio da noite, todo suado e com medo. Às vezes lembra-se que teve um pesadelo com a guerra e já não consegue voltar a dormir: «acordo cheio de medo e fico um bocado a pensar se foi um sonho ou não. Às vezes parece-me que ainda estou lá».

Este ex-combatente queixa-se de *andar triste, abatido, fatigado e sem interesse por nada*: «Deixei de ter gosto pelas coisas, não me apetece fazer nada nem estar com pessoas». Isto relaciona-se com um quadro clínico que acompanha frequentemente as perturbações do stress de guerra, que é o da *depressão*.

Outro sintoma característico de que se queixa o Sr. António é o de *comportar-se como se esti-*

vesse em combate: «quando oiço bombas ou foguetes atiro-me para o chão para me proteger». Associado a todos estes sintomas, este indivíduo é afectado por outras características como *tonturas, dores de cabeça, tremores e suores*.

Este é um caso. Mas como este existem milhares em Portugal, necessitando de ajuda médica e psicológica. Trata-se, no entanto, de um problema pouco conhecido pelos técnicos de saúde. É no sentido de responder a esta necessidade que decorre, desde há um ano para cá, um protocolo de investigação sobre as perturbações pós-traumáticas do stress de guerra, protocolo este que tem sido levado a cabo em colaboração com a ADFA. Este trabalho tem como objectivo *prestar tratamento adequado a todos os ex-combatentes da guerra colonial que hoje sofram de problemas psicológicos e se dirigem à ADFA pedindo ajuda para a sua resolução*.

*Psicóloga da ADFA

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault 5 Campus	827 378\$00	1 098 019\$00
Renault 5 SL	864 945\$00	1 205 340\$00
Renault 5 TL 3 Portas	909 555\$00	1 257 534\$00
Renault 5 TL 5 Portas	957 555\$00	1 313 694\$00
Renault 5 GTR 3 Portas	968 497\$00	1 389 886\$00
Renault 5 GTR 5 Portas	1 016 497\$00	1 446 046\$00
Renault 5 GTX 3 Portas	1 144 781\$00	1 728 939\$00
Renault 5 GTD	1 282 043\$00	2 232 352\$00
Renault 19 TR 3 Portas	1 085 750\$00	1 527 072\$00
Renault 19 TR 5 Portas	1 143 700\$00	1 594 874\$00
Renault 19 GTS 3 Portas	1 166 230\$00	1 748 015\$00
Renault 19 GTS 5 Portas	1 223 400\$00	1 814 904\$00
Renault 19 TSE 5 Portas	1 377 200\$00	1 994 850\$00
Renault 19 GTD 5 Portas	1 457 250\$00	3 984 962\$00
Renault 21 GTL	1 453 380\$00	2 090 000\$00
Renault 21 GTD	1 700 135\$00	6 106 973\$00
Renault 21 TDX	2 017 439\$00	6 478 219\$00
Renault 25 TDX	2 970 244\$00	7 593 000\$00
Renault Nevada TDX 5L	2 113 162\$00	6 580 215\$00
Renault Nevada TDX 7L	2 187 614\$00	6 677 323\$00
Renault Express 5L	1 157 542\$00	1 547 678\$00

Valor da transferência: 3 900\$00.

Todas as versões se apresentam com opção de pintura metalizada.

Renault 19 Automático a partir de Fevereiro de 1989.

Todos os sócios interessados nas viaturas da gama RENAULT podem pedir informações na sede ou nas nossas Delegações.

delegações • núcleos • delegações • núcleos • delegações •

DELEGAÇÃO DO PORTO 14.º aniversário

No próximo dia 7 de Dezembro, a Delegação do Porto comemora o 14.º aniversário da sua criação.

Com efeito, foi em 7 de Dezembro de 1974, que os Deficientes das Forças Armadas da área do Norte se reuniram pela 1.ª vez nas instalações do Regimento de Infantaria do Porto, para expressarem os problemas que então eram fortemente sentidos. Nessa reunião foi decidida a criação de uma Delegação da ADFA no Porto, vindo tal decisão, a representar um marco associativo importante, já que esta Delegação ao longo de toda a sua existência, tem vindo a defender intansigentemente o espírito e os objectivos fundamentais que presidiram à criação da nossa Associação.

A tal, não será estranho o facto de muitos dos sócios que militam na Delegação, terem tido um papel activo e empenhado na fundação da ADFA, participando inicialmente nas reuniões que antecederam o 25 de Abril e posteriormente na sua criação e consolidação.

Ao completar 14 anos, fica para trás o trabalho árduo e activo dos sócios que participaram na sua gestão, na dedicação dos trabalhadores que laboraram e laboram nos serviços e da militância da sua massa associativa generosa e sempre atenta à vida da ADFA.

Jornadas de Convívio

Tal como em anos anteriores, a delegação leva a efeito um jantar de confraternização, para assinalar, exactamente, o seu aniversário, no próprio dia 7, a partir das 20.30 h. Aberto a sócios e seus familiares (adultos — 1000\$00 e crianças dos 7 aos 12 anos — 500\$00), terá a participação, em fim de noite, de valioso grupo de fadistas.

Aproveitando a realização, em Santa Maria da Feira, de uma das festas de Natal levadas a efeito na sua área, vai alargar-se essa jornada de amizade a outros actos:

10H00 — jogo de fute-

bol entre sócios das Delegações de Viseu e do Porto;

12H30 — almoço nas instalações do INATEL (0/8 anos — 500\$ e 9/99 — 800\$00) e

15H00 — Festa de Natal.

DELEGAÇÃO DE ÉVORA

Actividades gerais

«É com redobrado prazer que informamos os Sócios da ADFA em geral e da Delegação em particular, que começamos a ter uma vida Associativa mais intensa, e com uma maior afluência dos sócios, os quais, com a sua presença amiga, dão o carinho necessário para a continuação do trabalho desenvolvido até agora.

Lamentamos continuar sem funcionário, que se ausentou sem carta de despedida, deixando-nos a braços com alguns problemas, mas a vida não pára e felizmente que temos gente capaz e conseguiremos sobreviver!

Está a funcionar nas nossas instalações, a partir das 19 horas, um curso ministrado por técnicos de agricultura, com colaboração da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Agricultores, no âmbito das ajudas comunitárias do Mercado Comum Europeu. Em cursos futuros, se vierem a existir, terão prioridade os nossos sócios (até aos 40 anos). Dá vida à Delegação, dá contacto com as populações e temos oportunidades de mostrar a muitas pessoas a problemática «Deficientes das Forças Armadas».

Foi dada uma entrevista à rádio Campanário, de Vila Viçosa, onde durante uma hora se deram a conhecer às populações do Alentejo as nossas actividades, necessidades e problemas. Foi pena o convite ter sido feito muito sobre a hora, não nos dando tempo para alertar os sócios, mas enfim, foi melhor que estarmos ignorados.

Dia Mundial do Deficiente

Vai comemorar-se o Dia Mundial dos Deficientes a 9 de Dezembro.

A Delegação colaborará com a Câmara Municipal de Évora e com as outras associações de deficientes da área. Assim, destacamos, no dia 10, e na Escola Secundária André de Gouveia, que amavelmente cedeu as suas instalações, a realização de um jogo de basquetebol, em cadeiras de rodas, em que equipa da ADFA/Lisboa jogará com outra pelas 16 horas. Aqui fica a informação da Delegação. Saudamos os nossos sócios e apareçam mais ainda!

Manuel Teixeira Gil

Nota da redacção: na secção de desporto está indicado o programa completo do dia 10 em Évora.

DELEGAÇÃO DE PONTA DELGADA Visita ao Núcleo da Ilha Graciosa

A fim de se reunirem com os associados locais para debate e análise de vários assuntos, nomeadamente substituição de cartões da ADME, deslocaram-se à Ilha Graciosa, nos dias 4 e 5 de Outubro passado, os sócios Manuel da Silva Almeida e José Maria Soares, o primeiro dos quais tesoureiro da D.D.

A sessão de trabalho, que decorreu na Câmara Municipal de Vila de Santa Cruz da Graciosa, em dependência onde funciona o núcleo local da ADFA, teve a presença de todos os sócios residentes, permitiu uma ampla troca de impressões sobre problemas relacionados com os deficientes e com a nossa Associação.

Como vem sendo hábito nestas declarações, seguiu-se um jantar de confraternização, oferecido pela Direcção da Delegação e que foi pretexo para um melhor conheci-

mento mútuo e consequente aproximação entre todos.

Assembleia Geral

Conforme a respectiva convocatória, reuniu no Auditório de Ponta Delgada, no dia 29 de Outubro p.p., a Assembleia Geral da Delegação, com a seguinte «Ordem de Trabalhos»:

- I — Informação e assuntos administrativos;
- II — Discussão das Teses a apresentar no III Congresso da ADFA e
- III — Plano de actividades para 1989.

No primeiro período foram esclarecidas algumas questões sobre a situação financeira da Delegação e no segundo o Presidente substituto da MAGD, sócio José Cabral Viveiros, que também integra a subcomissão organizada do III Congresso, explicou a sua finalidade e os seus objectivos, debatendo-se, seguidamente, as teses apresentadas.

Finalmente, no terceiro, foi apresentada a proposta do Plano de Actividades para o próximo ano, onde se salientam os seguintes pontos:

- 1.º — realização de uma homenagem aos mortos na guerra colonial 61/74, a levar a efeito em conjunto com as autarquias locais;
- 2.º — envidar esforços, para que o Conselho Nacional da ADFA a realizar em 1989, tenha lugar em Ponta Delgada;
- 3.º — realização de actividades desportivas para deficientes e acções culturais, nomeadamente palestras sobre a guerra colonial, os deficientes e seus efeitos na sociedade portuguesa;
- 4.º — dinamizar a vida associativa, pedindo a participação activa de todos os associados nas acções a realizar pela Delegação e seus Núcleos.



Aquisição de Viaturas

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.

Porto: primeiro sábado de cada mês.

Restantes Delegações: de acordo com os pedidos.

Delegação do Porto compra de viaturas «Renault»

Os sócios que pretendam adquirir viatura da marca Renault poderão contactar com o delegado de vendas da ADFA, sócio António Bernardes, 10 às 16 horas, nas instalações da Delegação, devendo no entanto telefonar antecipadamente para a mesma, através do número 82 97 44, para que seja feita a marcação de entrevista.

Venda de viaturas para deficientes

Documentação Necessária

Def. Civis ao Abrigo do Decreto-Lei 235/D de 1 de Junho 83

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pelo centro de Saúde da área da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo Notário.

4 — Comprovação da liquidação do imposto complementar dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas finanças como esteve isento.

Documentos Necessários para os Def.

Forças Armadas ao Abrigo do Decreto-Lei 43/76 20 Janeiro

1 — Declaração de incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

Viaturas OPEL

	PREÇO BASE	P. V. P.
MODELO CORSA		
S W 1.0S 3 P	792 200\$00	1 059 276\$00
S W 1.0S 4 P	877 600\$00	1 159 194\$00
S W 1.2ST 2 P	883 700\$00	1 264 283\$00
S W 1.2ST 3 P	861 500\$00	1 238 309\$00
S W 1.2ST 4 P	915 700\$00	1 301 723\$00
S W 1.2ST 5 P	902 500\$00	1 286 279\$00
GL 1.2ST 3 P	903 600\$00	1 299 266\$00
GL 1.2ST 4 P	961 500\$00	1 355 309\$00
GT 13SB 3 P	1 067 500\$00	1 546 283\$00
GSI 1.6i 3 P	1 289 600\$00	2 236 319\$00
DIESEL		
S W 1.5D 4P	1 124 160\$00	1 776 825\$00
S W 1.5D 5 P	1 125 760\$00	1 778 697\$00
GL 1.5D 5 P Turbo	1 294 960\$00	1 979 661\$00
MODELO KADETT		
LS 1.2S 3 P	1 098 200\$00	1 515 248\$00
LS 1.2S 5 P	1 142 700\$00	1 567 313\$00
LS 1.3S 3 P	1 162 400\$00	1 657 316\$00
LS 1.3S 4 P	1 251 300\$00	1 761 329\$00
LS 1.3S 5 P	1 207 700\$00	1 710 317\$00
GL 1.3S 3 P	1 310 300\$00	1 830 359\$00
GL 1.3S 4 P	1 367 500\$00	1 897 283\$00
GL 1.3S 5 P	1 323 100\$00	1 845 335\$00
GL 1.6S 4 P	1 550 800\$00	2 541 923\$00
LS 1.6D 4 P	1 448 100\$00	2 422 186\$00
KADETT DE LUXO		
GL 1.3S 4 P	1 558 800\$00	2 121 104\$00
GL 1.3S 5 P	1 514 400\$00	2 069 156\$00
MODELO ASCONA		
GL 1.3S 4 P	1 401 500\$00	1 937 063\$00
GL 1.6SV 4 P	1 587 900\$00	2 585 330\$00
GL 1.6SV 5 P	1 636 200\$00	2 641 841\$00
GL 1.6D 4 P	1 719 900\$00	2 740 192\$00
MODELO OMEGA		
GLS 2.0i 4DR	2 477 450\$00	5 328 103\$00
LS 2.3D 4DR	2 022 510\$00	6 859 797\$00
GLS Caravan	2 584 750\$00	5 453 644\$00

A pintura metalizada terá um adicional, entre 18 000\$00 e 51 000\$00, conforme o modelo.

Os sócios interessados em viaturas OPEL, podem pedir informações pessoal ou telefonicamente para a sede da ADFA através do Delegado de Vendas, Alberto Pinto, telefones 36 21 67/8 ou 859 50 16, este depois das 20 horas.

JÚLIO BARBOSA

MÉDICO ESPECIALISTA

Doenças aparelho digestivo

Endoscopia digestiva

POLICLÍNICA S.ª DOS REMÉDIOS

Av. 5 de Outubro — Tel. 63 120

5100 LAMEGO

CONSULTÓRIO:

Av. Alberto Sampaio, 81, 1.º-Dt.º — Tel. 22 490

3500 VISEU

CENTRO MÉDICO DA RUA DO CARMO, LDA.

CONSULTAS MÉDICAS, SERVIÇO DE ENFERMAGEM SIOTERAPIA, CULTURISMO FÍSICO

RAIOS LAZER HIDROMASSAGEM

SAUNA

BIOTRON

ULTRA-SONS

MICRO-ONDAS

HIDROCOLATER

PARAFINA

INFRA-VERMELHOS

PASSADEIRA ROLANTE

ETC., ETC.

Rua do Carmo, 79-1.º — Telef. 2 54 01 — 3500 VISEU



ESCOLA DE CONDUÇÃO ESPECIAL INFANTE DO RESTELO

Ensino em todas as categorias

A — Motociclos

B — Ligeiros

C — Pesados de Mercadorias

D — Pesados de Passageiros

E — Pesados com reboque

Veículo adaptado para deficientes

Rua Tristão Vaz, 7-1.º — 1400 Lisboa

Telef. 61 39 36 ou 61 38 69

VISITA DE TRABALHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA À ADFA

O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional visitou a Sede, no passado dia 15 de Novembro de 1988, culminando um ano de frutuosa contactos.

ciação, note-se), a Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP). Transcreve-se: «...2. ... Entre esta (dificuldade) avulta a necessidade de a Associação

(ADFA) obter alternativa para a instalação da respectiva sede administrativa. ... 5.1 O Estado, através do Ministério de Defesa Nacional, apoiará os esforços ten-

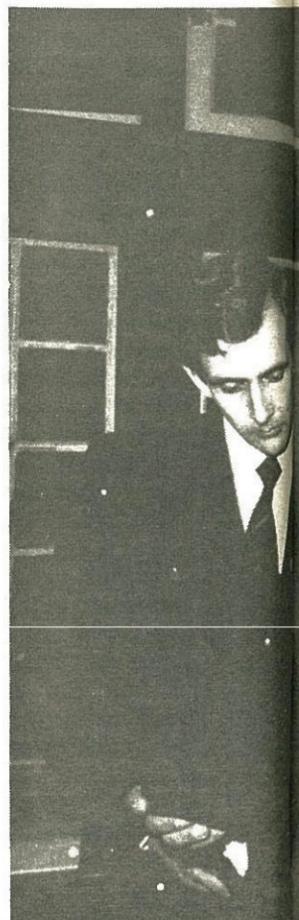
dentes à construção de uma sede administrativa para a ADFA, ...» Faz pois, agora, precisamente um ano.

Por outro lado, já em Fevereiro deste ano, é publicado no Diário da República a nova Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional (Decreto-Lei n.º 46/48 de 11 de Fevereiro, D. R. n.º 35), na qual se prevê a criação, no âmbito do Ministério, de um organismo destinado a intervir em todas as acções relacionadas com a reabilitação dos deficientes das Forças Armadas, ficando assim satisfeita uma reivindicação — ainda em Dezembro anterior reafirmada ao Secretário de Estado —, que a ADFA vinha manifestando desde a extinção da Comissão Militar de

Reabilitação e Assistência (C.M.R.A)

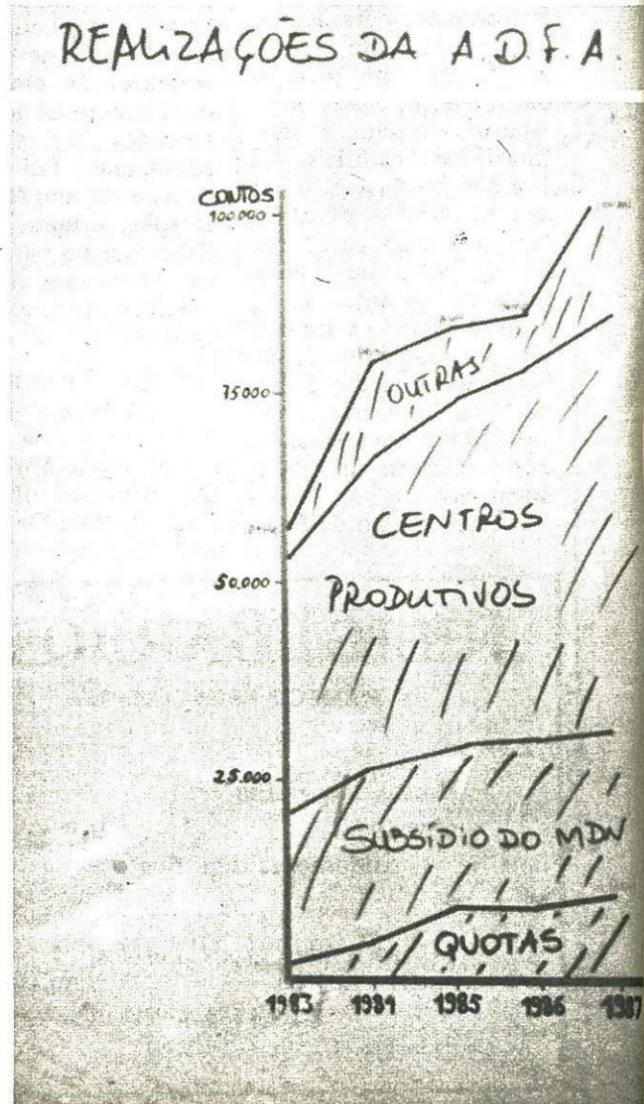
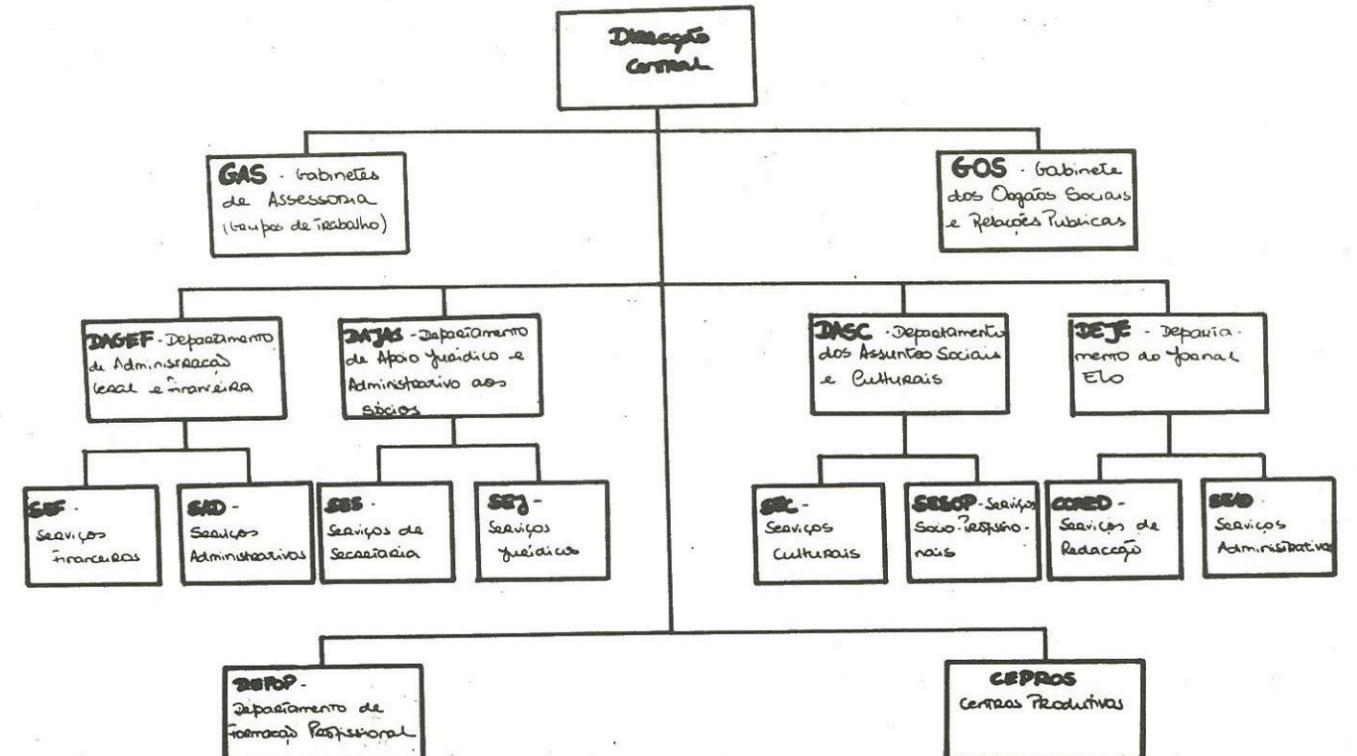
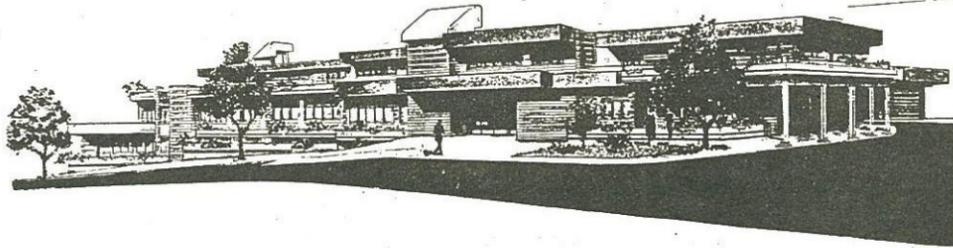
E é ainda em Fevereiro que, na nova audiência concedida à DC, o d. Santos Ramos ouve novas informações e propostas, não só sobre a sede mas também sobre os trabalhos preparatórios da representação à V (Conferência Internacional sobre Legislação relativa a ex-combatentes (realizada na Áustria, em Abril de 88) sobre a já longa preocupação da ADFA no que dizia respeito ao curto período de aplicação do Decreto-Lei n.º 319/84 (pedido de qualificação de deficiente civil das Forças Armadas e ainda sobre a necessidade de reunir num único «Estatuto do Combatente» (à semelhança do que acontece na generalidade dos países membros da FMAC), toda a legislação dispersa por variados documentos. Num manifesto interesse por estes assuntos, o Secretá-

rio de Estado viria a tomar parte, juntamente com a Liga dos Combatentes, o Secretariado Nacional de Reabilitação, a R.I. — Reabilitação Internacional — (representada pelo Coronel Vilalobos) e a ADFA, em reuniões preparatórias com vista à elaboração das quatro propostas que a Associação veio a representar em Bad-Ischl (sendo as mesmas, portanto,



fruto de um consenso geral de princípios), assim como seria publicado, em 1 de Agosto passado, o Dec. Lei 267/88 que alargou o prazo da entrega considerado no acima citado Dec. Lei 319/84. A ADFA aproveitando a vontade política do Governo em encarar de fren-

Na realidade, recorde-se, é de 30 de Novembro de 1987 o Despacho n.º 134, assinado pelo dr. Eugénio dos Santos Ramos, que reconhece, final e oficialmente, à ADFA o direito de ter uma sede própria, embora em função da necessidade de abandono das instalações do Palácio da Independência em favor do seu legítimo proprietário (verdade sempre aceite pela Asso-



HO ES A

rio de Estado viria a tomar parte, juntamente com a Liga dos Combatentes, o Secretariado Nacional de Reabilitação, a R.I. — Reabilitação Internacional — (representada pelo Coronel Vilalobos) e a ADFA, em reuniões preparatórias com vista à elaboração das quatro propostas que a Associação veio a representar em Bad-Ischl (sendo as mesmas, portanto,



com
sessã
foi in
e fun
ciação
Sab
que
com
vas, p
dente
que c
mani
gover
que a
visita.



fruto de um consenso geral de princípios), assim como seria publicado, em 1 de Agosto passado, o Dec. Lei 267/88 que alarga o prazo da entrega considerado no acima citado Dec. Lei 319/84.

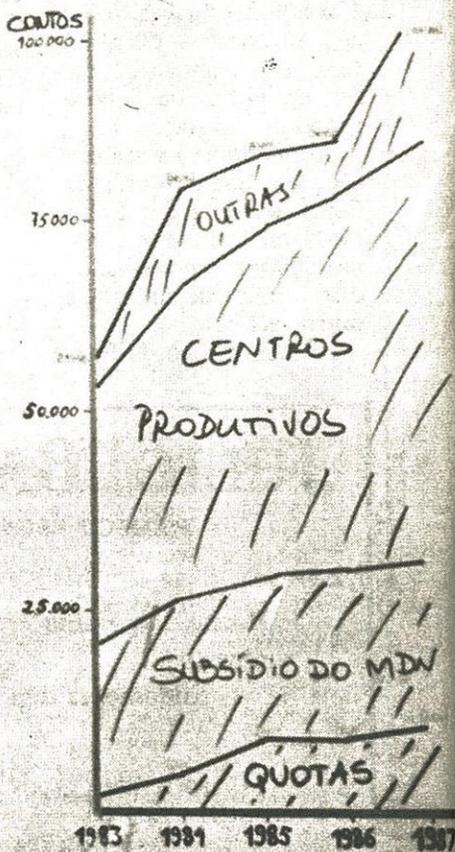
A ADFA aproveitando a vontade política do Governo em encarar de fren-

te, e de vez, a realidade dos deficientes militares, à qual está intimamente ligado o empenho pessoal do actual Secretário de Estado da Defesa Nacional, tem desenvolvido e aprofundado os contactos conseguido-se dar apoios concretos e visíveis, como sejam verbas já concedidas para os primeiros estudos sobre a sede, a deslocação de uma delegação da ADFA a Manila (FMAC) assim como a garantia de início de funcionamento a breve prazo, do serviço de apoio

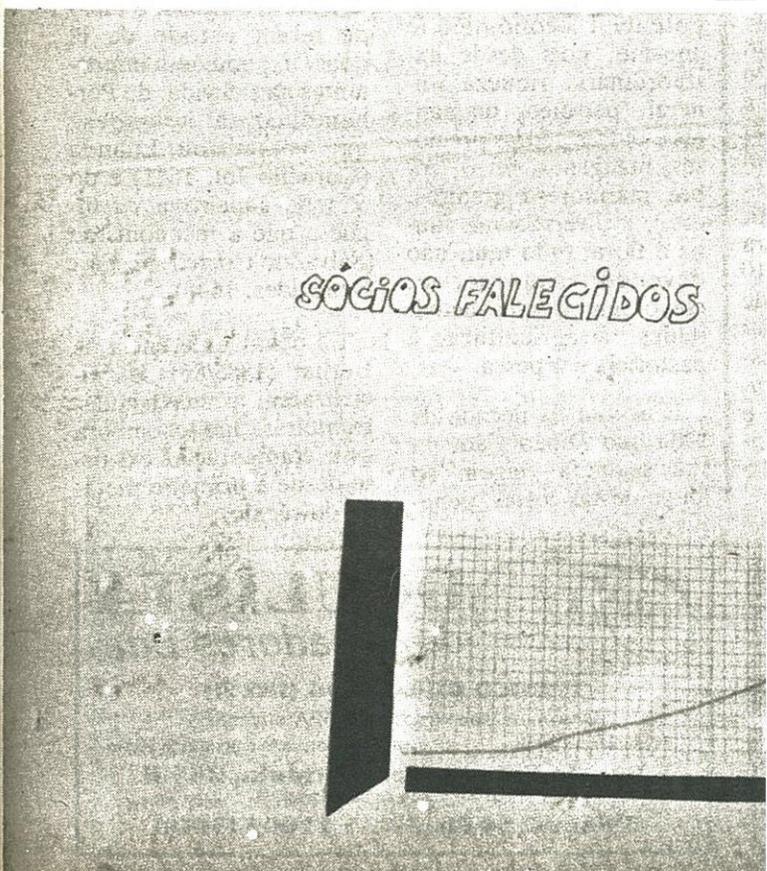
aos DFA, para além de outros.

O Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, dr. Eugénio dos Santos Ramos, que se fazia acompanhar do seu Chefe de Gabinete e do Oficial-às Ordens, foi recebido no Pátio de Honra do Palácio pelos presidentes da Mesa da Assembleia Geral, Reis Santos e da Direcção Central, José Arruda, dirigindo-se seguidamente para a sala da Direcção, onde lhe foram apresentados os responsáveis dos departamentos

REALIZAÇÕES DA A.D.F.A.



SÓCIOS FALECIDOS





com os quais teve uma sessão de trabalho, onde foi informado da orgânica e funcionamento da Associação.

Sabemos no entanto, que a sessão se iniciou com umas palavras alusivas, proferidas pelo Presidente da MAG, após o que o presidente da DC manifestou também ao governante a importância que a ADFA deu a esta visita, respigando o papel

e vontade dos deficientes na sua integração plena, traduzidos em múltiplas organizações, com reivindicações e projectos muito próprios e concretos, participando não só em

como o reexame de casos em que exista agravamento de incapacidade resultante da guerra, para além da revisão de algumas pensões.

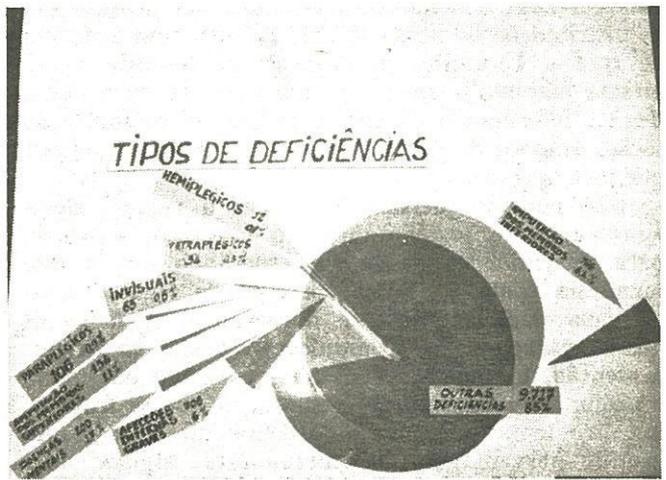
Seguiu-se no Salão do

1.º andar, um Porto de Honra, onde estiveram presentes todos os trabalhadores da Sede, aproveitando-se para fazer entrega de uma placa comemorativa desta visita.



reuniões de organismos nacionais como também internacionais.

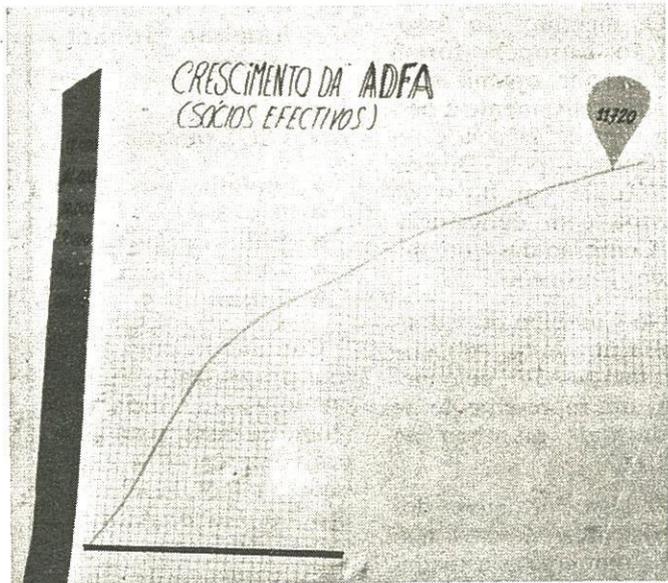
Terminado este período, o dr. Santos Ramos pediu alguns esclarecimentos sobre a formação profissional e apoio médico, tendo nessa altura a DC aproveitado para informar que, face à cada vez maior necessidade de assistência médica para grande parte dos associados, bem como perante o problema do envelheci-



vez, a realidade deficientes militares, está intimamente empenho pessoal do Secretário de Defesa Nacional, desenvolvido e dado os contactos do-se dar apoios e visíveis, como orbas já concedidos primeiros sobre a sede, a desle uma delegação FA a Manila assim como a de início de funto a breve prserviço de apoio

aos DFA, para além de outros.

O Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, dr. Eugénio dos Santos Ramos, que se fazia acompanhar do seu Chefe de Gabinete e do Oficial-às Ordens, foi recebido no Pátio de Honra do Palácio pelos presidentes da Mesa da Assembleia Geral, Reis Santos e da Direcção Central, José Arruda, dirigindo-se seguidamente para a sala da Direcção, onde lhe foram apresentados os responsáveis dos departamentos



ADFA em foruns internacionais

ADFA, membro pleno da FMAC

No momento em que se aproxima o seu III Congresso e, consequentemente, toda uma troca de impressões sobre o que queremos que

IKK

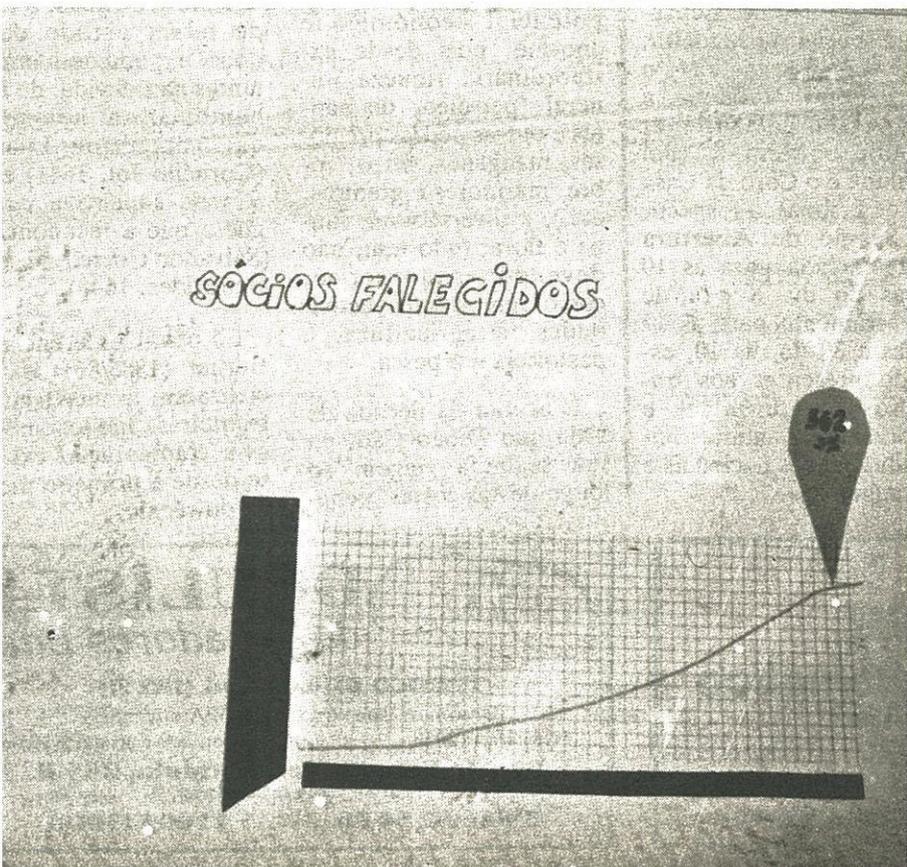
a ADFA seja e represente, uma das questões a que a actual Direcção Central dá mais destaque, é a que se relaciona com os contactos internacionais e intervenção em reuniões de nível europeu ou mundial, onde se afirme grande solidariedade de pontos de vista e de objectivos.

Membro efectivo da FMAC, A ADFA participa, neste momento, no 7.º ENCONTRO INTERNACIONAL DE CEGOS DE GUERRA (Rep. Federal da Alemanha), com uma

delegação composta pelos sócios José Eduardo Gaspar Arruda, Artur Abel dos Santos Fortuna e Joaquim Couceiro Ferreira. Dentro de poucos dias partirá também para Manila, Filipinas, o sócio Armando Ramos Alves, a fim de representar a Associação no 46.º CONSELHO GERAL DA FEDERAÇÃO MUNDIAL DE ANTIGOS COMBATENTES e na sua 19.ª ASSEMBLEIA GERAL.



Que o III CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS, onde certamente serão apresentados os devidos relatórios, saiba aproveitar ao máximo esses contactos.



mento, a ADFA encara com grande responsabilidade a ideia de montar uma clínica própria, não só com vista ao apoio aos sócios como também aos seus familiares.

Outras questões levantadas, e devidamente esclarecidas pelos responsáveis relacionaram-se com a tipografia, com o grande número de associados da Delegação de Famalicao, tendo-se ainda, para finalizar, trocado impressões e informações sobre a Sede e o andamento das propostas de legislação aprovadas em Bad-Ischl.

Finda a reunião de trabalho, que deve ter ultrapassado as duas horas, o Secretário de Estado trocou, então, algumas palavras com os jornalistas que aguardavam a sua saída. Reafirmou o carácter indemnizatório que as pensões dos DFA têm, bem



Plano Nacional de Reabilitação

Porque nos parece de extrema importância, fazemos hoje um parêntesis na análise do PNR, para um comentário.

Noticiada no último ELO, com o devido destaque, a entrega ao Primeiro Ministro, por parte de uma delegação do Conselho Nacional de Reabilitação, em 11 de Outubro passado, do Plano Orientador da Política de Reabilitação (ou Plano Nacional de Reabilitação), fomos agradavelmente surpreendidos, no próprio dia de distribuição do nosso jornal (24Out), com a notícia de que o Conselho de Ministros, reunido nessa mesma manhã, já se havia debruçado sobre o documento, informando os vários órgãos de comunicação social, embora de forma ligeira e até mesmo confusa, que fora aprovado.

Não podemos deixar de realçar a rapidez desta «passagem de testemunho» do chefe do Governo para as entidades de tutela, esperando que a esta manifesta vontade política corresponda uma adequada capacidade executiva e burocrática. A todos os nossos parceiros da Comunicação Social chamamos a atenção, e lançamos o desafio, para um necessário e profundo tratamento do assunto, já que se trata de um problema que afecta directamente uma muito grande percentagem de portugueses, alguns deles familiares e amigos, e potencialmente cada um dos outros. Não nos esqueçamos da frequência com que as árvores e os muros insistem em se atravessar no caminho, para não falar já dos outros carros que, às vezes, até nos passeios e passagens de peões nos apanham; nas serras circulares e outra aparelhagem, vorazes de carne humana, quanto mais tenrinha melhor; no andaime mal colocado ou na obra mal escorada; na brincadeira com os foguetes que resolveram iniciar mais cedo a festa da aldeia; no poço mal tapado, na escada escorregadia, enfim, em tantas armadilhas que estendemos a nós próprios no dia-a-dia do nosso trabalho ou do nosso lazer, isto para além daquela criança que está para nascer e que pode já trazer uma de muitas deficiências não curáveis.

Sócios falecidos

MANUEL DA COSTA MONTEIRO, Sócio n.º 8896 natural e residente em Remelhe, concelho de Barcelos faleceu no passado dia 15 de Junho, vítima de uma insuficiência cardíaca após enfarte do miocárdio.

Este sócio com 50 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em Moçambique aquando da ingestão de uma ração de combate estragada.

Deixa viúva a sr.ª D. Rosa Fernandes da Silva e sete filhos.

ANTÓNIO DA LUZ PINTO, Sócio n.º 9799 natural e residente em Patais concelho de Alcobaça faleceu em 17 de Setembro último vítima de melanoma com metastases hepáticas.

Este sócio sofreu o seu acidente na Guiné quando fazia um abastecimento de géneros à Unidade.

Deixa viúva a sr.ª D. Albertina Santos e dois filhos.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas sentidas condolências.



TERCEIRO COLÓQUIO EUROPEU «CRIATIVIDADE E TERAPIA»

Por incumbência da Associação Europeia de Criatividade de e para pessoas com deficiência», a Liga Portuguesa dos Deficientes Motores (LPDM) organiza, de 8 a 9 de Dezembro, o *Terceiro Colóquio Europeu «Criatividade e Terapia»*.

Pela importância desta reunião, transcrevemos o texto de apresentação:

A Associação Europeia de Criatividade de e com a pessoa com deficiência — EUCREA — foi constituída durante o 2.º Colóquio Europeu realizado em Sevilha em 1987 sob o tema «A Criatividade das Pessoas com deficiência: necessidades, anseios e possibilidades».

O objectivo da Associação Europeia consiste na promoção de um espírito de participação, inovação e de troca e desenvolvimento de uma estratégia comum de integração sócio-cultural da pessoa com deficiência em todas as formas de criatividade e expressão na Comunidade Europeia.

Propõe-se ainda promover a criação de um Comité Nacional em cada estado membro, com o qual trabalhará em estreita ligação providenciando apoio a todos os níveis, incluindo o financeiro.

Os membros da Associação Europeia foram eleitos por organizações ligadas activamente à pessoa com deficiência e reconhecidas pela Divisão de Acção em favor da Pessoa com deficiência, da Comissão das Comunidades Europeias.

No Conselho de Administração desta Associação tem assento, pelo menos, um representante de cada país membro da CEE.

A Liga Portuguesa dos Deficientes Motores tem defendido que as actividades artísticas são um despacho privilegiado da comunicação e anulação de diferenças e consequentemente tem promovido e apoiado iniciativas e movimentos para que no nosso país, se criem espaços de arte, onde a participação da pessoa com deficiência seja mais efectiva.

Na sequência deste trabalho, a Directora Geral da LPDM foi eleita para a Associação Europeia e incumbida da Organização em Portugal do III Coló-

quio Europeu sob o tema «Criatividade e Terapia».

A criatividade é um elemento de maior importância na vida das pessoas com deficiência, não só como meio terapêutico, mas ainda como possibilidade de emprego e de expressão artística.

Para a organização deste III Colóquio Europeu foi constituída uma Comissão Executiva da qual faz parte: a Câmara Municipal de Lisboa, o Secretariado Nacional de Reabilitação, Universidade de Aveiro, Liga Portuguesa dos Deficientes Motores e algumas personalidades a título individual.

A realização do colóquio tem lugar na sede da LPDM, nos dias 8, 9 e 10 de Dezembro, com um programa que contempla: espectáculos, conferências, «workshops», I salão de Criatividade e uma exposição documental.

O I Salão de Criatividade tem como objectivos:

— Criar um espaço de exposição inovador, que promova a comunicação entre a criatividade e a diferença;

— Dimensionar a relação Arte/Diferença numa perspectiva de desenvolvimento humano do acto criador.

Tema:

Áreas de Expressão:

- Literatura
- Plástica
- Audiovisual
- Artesanato
- Outras

Contando, pois, com um programa extremamente variado aliciante e (como se disse, para além das conferências e exposições, temos, por exemplo, o Coro Auditae Nova, de Lisboa, a Orquestra Juvenil da Direcção Regional de Educação Especial da Madeira, a Johanna Foundation e o seu «Atomic Voodoo», a CREAMH criatividade et Handicap Mental, Joel Chalude e o Coro da Casa Pia de Lisboa), a respectiva Sessão de Abertura está marcada para as 10 horas do dia 8 e a de Encerramento para as 17 horas e 30 do dia 10, estando presentes aos trabalhos, conferências e «workshops», muitas individualidades nacionais e estrangeiras.

ANGOLA



13.º ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Angola comemorou no passado dia 11 de Novembro o 13.º aniversário da sua independência.

A ADFA congratula-se com a efeméride, numa altura em que se perspectiva um futuro de paz e desenvolvimento para o povo angolano.

Não engeitando as boas relações existentes a nível de cooperação entre os governos dos dois países, pretende a ADFA, a breve prazo, desenvolver sãs e frutuosa contactos, tal como a troca de experiências, com o organismo angolano representativo dos seus deficientes de guerra.

O segundo maior país de língua oficial portuguesa, é uma das maiores unidades político-geográficas do continente africano — 7.º em superfície, 1246700 kms² e 2.º em fronteira marítima, 1650 kms com o Oceano Atlântico —, tendo cerca de 8,5 milhões de habitantes (estimativa de 1985), pertencentes a vários grupos étnicos, dos quais o maior é o dos bantos.

Dada a sua extensão e situação, Angola apresenta diversos tipos climáticos, assim como é variada a sua morfologia. Entre os seus rios destacam-se, pela grandiosidade das respectivas bacias, o Cubango (975 kms), o Cuanza (960), o Cunene (945) e o Queve. Em paralelo com o seu tamanho, o seu potencial económico é enorme, pois desde extraordinária riqueza mineral (petróleo, diamantes e outras pedras preciosas, manganés, ferro, cobre, mármore e granitos, etc.), a diversíssimas fauna e flora, tudo tem, não devendo esquecer-se, como importantes actividades, a agricultura, a pastorícia e a pesca.

É no fim da década de 1480 que Diogo Cão, na sua segunda viagem ao longo destas costas, pene-

tra cerca de 160 kms no curso do rio Zaire, aí fazendo gravar a famosa inscrição que ainda hoje de pode ler nos rochedos de Ielala. E pode-se considerar dessa data a primeira grande relação com estes territórios e as suas gentes, já que o navegador e descobridor ia revestido da dignidade de embaixador do rei de Portugal junto do poderoso rei do Congo. Continuadas as viagens para sul, Luanda viria a ser fundada em 1576 por Paulo Dias de Novais.

Com um historial longo e por vezes bastante tumultoso, é curioso recordar, por exemplo, na sua ligação ao único Estado de língua oficial portuguesa que o supera em tamanho, o Brasil, o facto de terem partido de lá duas expedições importantes na sua vida: de Pernambuco, a holandesa que conquistou Luanda (Cornélio Jol, 1641) e do Rio de Janeiro a portuguesa que a reconquistou (Salvador Correia de Sá e Benevides, 1648).

Só pela Conferência de Berlim (1885/86) se oficializaram as suas actuais fronteiras, muito embora essa configuração existisse desde a primeira metade do século.

REBOQUE SOBREAL



JOAQUIM SOBREAL DE OLIVEIRA

SERVIÇO PERMANENTE PARA TODO O PAÍS

Rua Dr. Castro Correia, 779 - Tel. 7646006 - GRIJÓ - 4415 Carvalhos

SÓCIO VENDE:

AUTOMÓVEL VOLVO 66-GL automático
adaptado para deficiente

CONTACTAR:

Delegação do Porto (Serviço de Apoio Social)
Telefone 383320 (da rede do Porto - Próprio)



OCULISTA de Sapadores Lda.

TÉCNICO DIPLOMADO (LNETI)

Descontos para sócios da ADFA e familiares

Aros e lentes 20 %

Lentes de contacto e produtos 10 %

Rua do Vale de Santo António, 255-B

(Junto à Rua de Sapadores)

Telef. 82 60 80 • 1100 LISBOA

III Congresso Nacional da ADFA



O III Congresso está como que em período de reflexão.

Na realidade sucedem-se agora as Assembleias Gerais para eleição de Delegados, bem como, até 15 de Dezembro, as subcomissões recebem os trabalhos e análises relativas às teses apresentadas, e divulgadas nos ELO de Setembro e Outubro, com vista ao seu envio à Comissão de Redacção.

Entretanto, em resposta aos pedidos de apoio feitos pela ADFA, podemos informar que a Caixa-Geral de Depósitos atribuiu um subsídio de cem mil escudos, tendo o Banco Pinto e Sottomayor oferecido material diverso para os congressistas.

Finalmente, apresentamos a relação dos Delegados eleitos por Lisboa:

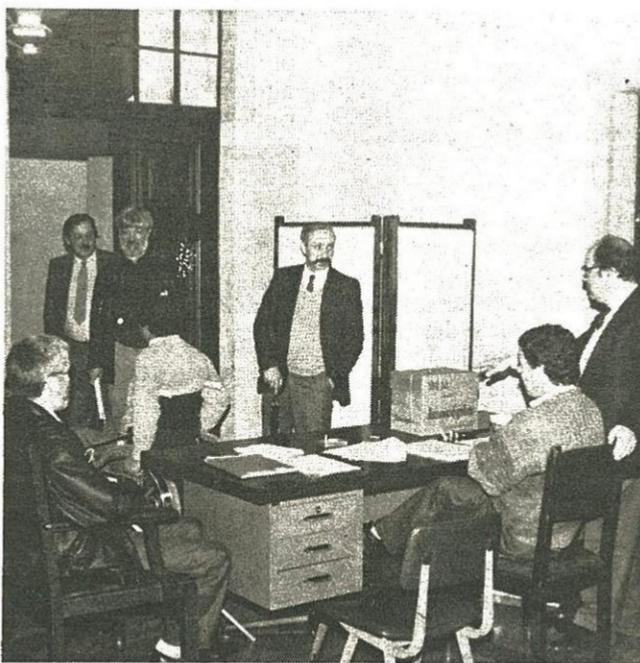
DELEGADOS EFECTIVOS

- Nome: Abubacri Demba Baldé — Sócio n.º 9638
- Nome: Agostinho de Jesus Ferreira — Sócio n.º 93
- Nome: Albertino Flores Santana — Sócio n.º 566
- Nome: Alberto Andrade Pinto — Sócio n.º 618
- Nome: Alcino Pinto dos Santos — Sócio n.º 162
- Nome: António Bernardes — Sócio n.º 2060
- Nome: António Fernando Fradique Ribeiro — Sócio n.º 25
- Nome: António José Carregueira Santos — Sócio n.º 10 508
- Nome: António Manuel Pereira Neves — Sócio n.º 3098
- Nome: António dos Santos Carreiro — Sócio n.º 1334
- Nome: Armando Vieira Jorge — Sócio n.º 1796
- Nome: Armindo Marques Matias — Sócio n.º 53
- Nome: Armindo Matos Roque — Sócio n.º 272
- Nome: Carlos Alberto de Matos Filipe — Sócio n.º 10 883
- Nome: Carlos Gilberto Castanheira Noivo — Sócio n.º 931
- Nome: Carlos Manuel Fanado — Sócio n.º 276
- Nome: Carlos Manuel Pereira — Sócio 585

- Nome: Dionísio Cardoso Mesquita — Sócio 5624
- Nome: Fernando de Jesus Sousa — Sócio n.º 210
- Nome: Fernando Pinheiro Marques de Brito — Sócio n.º 87
- Nome: Francisco Benavente Marcelino — Sócio n.º 8275
- Nome: Henrique Arantes Lopes de Mendonça — Sócio n.º 10 081
- Nome: Henrique Raimundo da Silva — Sócio n.º 552
- Nome: Horácio Anacleto da Luz — Sócio n.º 8242
- Nome: Horácio Armando Conceição Ferreira — Sócio n.º 5495
- Nome: João José Ferreira Villa Lobos Vieira — Sócio n.º 11 412
- Nome: João Manuel Sarmiento Coelho — Sócio n.º 1868

Participando
construimos
o futuro

- Nome: João Nunes Carrilho — Sócio n.º 2139
- Nome: Joaquim Eduardo Taquelim Lima Cascada — Sócio n.º 1048
- Nome: José Alberto Bento Raimundo — Sócio n.º 11 521
- Nome: José Carlos Ferreira Pavoeiro — Sócio n.º 8617
- Nome: José Fernando Oliveira Santos — Sócio n.º 1885



- Nome: José Joaquim Barros Pereira da Silva — Sócio n.º 6861
- Nome: José Paulo Valente dos Santos — Sócio n.º 7747
- Nome: José da Silva Monteiro — Sócio n.º 1948
- Nome: Jorge Manuel Garrido Parda Maurício — Sócio n.º 208
- Nome: Luís Baltasar S. Ribeiro — Sócio n.º 65
- Nome: Manuel Coelho Amaro — Sócio n.º 98
- Nome: Manuel Lopes Dias — Sócio n.º 379
- Nome: Manuel Luís Gonçalves Botelho da Costa — Sócio n.º 5112
- Nome: Manuel Tomé Gonçalves Dantas — Sócio n.º 556
- Nome: Mário Carvalho Villa Lobos — Sócio n.º 357
- Nome: Mário Gomes Silveira — Sócio n.º 91
- Nome: Mário Santos Mendes — Sócio n.º 1199
- Nome: Mário dos Santos Sobral — Sócio n.º 391
- Nome: Mário Soares Dias — Sócio n.º 716
- Nome: Rogério Pompeu Tendinha da Silva — Sócio n.º 1329
- Nome: Silvério Jorge Rodrigues — Sócio n.º 207
- Nome: Sílvio Ferreira Marques Lourenço — Sócio n.º 8132
- Nome: Vítor Luís Garcês — Sócio n.º 249

DELEGADOS SUPLENTES

- Nome: Adelino Fernandes António — Sócio n.º 8990
- Nome: Adelino da Silva do Vale — Sócio n.º 712
- Nome: Amândio Sanches Antunes — Sócio n.º 1139
- Nome: Amável de Jesus Fernandes Esteves — Sócio n.º 3300
- Nome: António José dos Santos Martins — Sócio n.º 2383
- Nome: Armando Barradas da Conceição — Sócio n.º 206
- Nome: Daniel Agostinho da Silva — Sócio n.º 97
- Nome: Filipe Galdes Maltês — Sócio n.º 388
- Nome: Luís Filipe Espalha do Canto — Sócio n.º 11 540
- Nome: Manuel Lopes — Sócio n.º 9551

ASSISTÊNCIA MÉDICA

WISEU

SEGUNDAS:	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.30 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
TERÇAS:	Gastroenterologia (exames)/Dr. Júlio Barbosa	14.00 H.
	Ortopedia/Dr. Idália Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.20 H.
QUARTAS:	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.20 H.
QUINTAS:	Ortopedia/Dr. Idália Braguês da Costa	15.00 H.
SEXTAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís	14.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.30 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.30 H.
SÁBADOS:	Clínica Geral/Dr. António José Namorado	10.00 H.

As consultas de sábado são realizadas na Delegação e aí podem ser pedidos todos os exames clínicos e radiológicos. Desde que feita marcação antecipada, podem ser servidas refeições, embora estas sem encargos para a Delegação.

As visitas domiciliárias são pedidas, para os nossos serviços, até às 15 horas do mesmo dia.

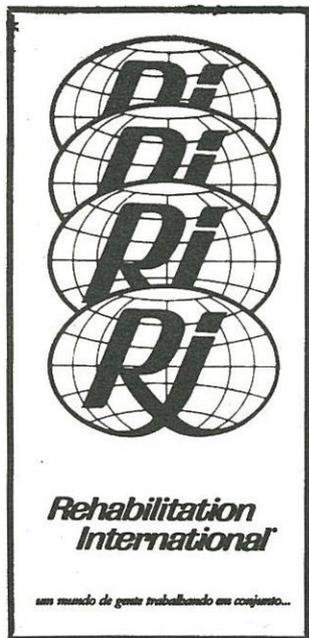
SEDE

CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito	Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas, na Sede
PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas, na Sede
PSICOLOGIA dr.ª Paula Frazão dr.ª Edite Saraiva	Segundas e Quintas-feiras, das 16 a 18 horas, Terças e Sextas-feiras, das 14 às 18 horas Quartas-feiras, das 9 às 14 horas, na Sede

NOTICIÁRIO vário



NOTICIÁRIO vário



16.º Congresso Mundial da Reabilitação Internacional

Com a presença de uma delegação portuguesa presidida pelo Secretário de Estado da Segurança Social, Conceição Pereira, e integrando, entre outros membros, o Secretário Nacional da Reabilitação, realizou-se em Tóquio, já em Setembro, o 16.º Congresso Mundial da «Rehabilitation International», cujo tema-base foi «Pensar o futuro em termos de reabilitação global através de abordagens realistas».

— Por absoluta falta de espaço, não nos foi possível incluir a merecida notícia no ELO de Outubro. No entanto, pela importância do assunto, achamos que ele deve ser referido, embora com certo atraso.

Objectivadas nas importantes alterações e nos enormes avanços que nesta área se têm verificado na presente década, o número das comunicações que foram apresentadas às sessões plenárias, abordaram matérias tão diversas, embora afins, como: reabilitação global (abordagens realistas das necessidades da comunidade); equiparação de oportunidades no emprego de pessoas com deficiências; pensar o futuro (realidades e possibilidades); tendências futuras em convergência com as realidades da reabilitação; a primeira metade da década da ONU para as pessoas com deficiência e a evolução para a equiparação de oportunidades; tecnologia geradora de novas realidades e a «Rehabilitation International» no ano 2000.

Baixando depois, para análise mais específica e profunda, às sessões sectoriais, tais assuntos foram tratados e debatidos em âmbito mais restrito, destacando-se: o desenvolvimento de políticas nacionais e globais de deficientes; serviços globais para pessoas multideficientes graves, incluindo sistemas de apoio à fami-

lia e programas inseridos na comunidade; o impacto das novas tecnologias no emprego de pessoas com deficiência; necessidades educativas dos jovens deficientes — soluções para o futuro na transição da escola para a vida activa; reabilitação integrada em sistemas de Segurança Social; população com necessidades especiais, os muito jovens, os muito idosos, o deficiente psiquiátrico, os tóxicos dependentes e os alcoólicos; igualdade de oportunidades no desporto, tempos livres e recreação e também através de uma arquitectura e transportes sem barreiras.

Na intervenção que teve oportunidade de fazer, o dr. Luís Filipe C. Pereira, traçando um quadro da reabilitação em Portugal e do trabalho que está a ser desenvolvido, quer a nível oficial quer particular, não deixou de referir a actividade recente que, no âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação, vem sendo desenvolvida em prol da conjugação de esforços e da negociação intersectorial necessária à prossecução de uma política integrada. O Governo acaba de aprovar uma Lei de Bases de Reabilitação que define o quadro orientador da actividade do Estado e visa garantir o exercício dos direitos das pessoas deficientes, designadamente do seu direito a uma actividade digna e remunerada; no contexto mais amplo do conjunto dos direitos reconhecidos a todo o cidadão, mas sublinhou, também, que «o Estado não deverá forçosamente ser o executor de todas as medidas pois correria o risco de cair num garantismo exagerado. A vontade das pessoas com deficiência, o esforço das suas famílias e a coesão do movimento associativo são, em si mesmos, os suportes fundamentais das soluções que importa encontrar.

Dia Mundial do Cego (ou da bengala branca)

Entre os vários actos que assinalaram, em Portugal, a 15 de Outubro, a comemoração do DIA MUNDIAL DO CEGO, vamos destacar dois que pelo seu significado e pelo seu alerta nos merecem mais realce.

E o primeiro é a notícia de que três associações portuguesas de invisuais, a Associação Luís Braille, a Associação do Norte de Portugal e a Liga de Cegos João de Deus, após décadas de separação, se prepararam para anunciar a sua fusão, criando uma única e forte entidade nacional, para o que já contam com grandes e impor-

tantes apoios nacionais e internacionais.

Aliás, foi na busca desses apoios que muito se fortificou o desejo de reunião, já que tantas vezes se aperceberam, por parte das entidades contactadas, dúvidas e reticências em função da existência de várias organizações com o mesmo fim, perguntando-se, naturalmente, qual a mais representativa.

Assim este facto e o de se verificar, por parte da sociedade, em geral, e do cego, em particular, uma evolução muito positiva na consciência de que nós só somos todos quando o deficiente estiver naturalmente integrado, desenvolvendo as suas normais capacidades nos mais diversos campos, dando e recebendo, estes factos, dizíamos, são factores determinantes nesta busca de «unir forças».

A segunda notícia a destacar é a do apelo lançado pelo dr. Fernando Biver Weinholtz, assessor do movimento lionístico português para os problemas da visão e do trabalho com cegos, no sentido da necessidade de se incentivar a gravação de livros em cassetes, assim como de se multiplicarem as poucas bibliotecas sonoras existentes, divulgando-as e dando a conhecer as suas realizações. Importante, também, nesta mensagem, o alerta lançado quanto à urgência de se criarem novos estúdios de gravação, bem como a importância de se comprarem cassetes e gravadores de qualidade mínima, o que levanta a questão dos seus custos e da necessária isenção.

Lembra-se, a propósito, a existência das bibliotecas municipais do Porto e de Lisboa, estando a decorrer nesta, presentemente, um ciclo de conferências integrado nos 100 anos da APEC-ler noutro local).



Avaliação de telefonistas-recepcionistas

A Fundação Sain está a propor a todas as Instituições, Associações e Cooperativas relacionadas com a reabilitação de deficientes visuais que dadas as dificuldades actualmente existentes na formação de telefonistas-recepcionistas nos T.L.P., devido às incapacidades demonstradas por alguns candidatos, estes sejam primeiramente sujeitos a uma avaliação técnico-profissional nesta Fundação. Deste modo melhorava-se a qualidade dos

curros e os candidatos reprovados nesta avaliação seriam orientados profissionalmente para actividades para as quais tivessem melhores capacidades e também mercado de emprego.

A Fundação tem uma equipa técnica devidamente preparada para o efeito com técnicos da área de saúde, social, psicologia e profissional que já estão a elaborar o programa de acção.

publicações dom quixote, lda.

Edição de AudioLivros

Destinados a um público bastante mais vasto do que apenas o dos invisuais — e lembremos os mais pequenos, os mais idosos, os analfabetos e até os emigrantes, por vezes tão abandonados —, os «Audio Livros» têm tido um enorme êxito em vários países do Mundo, por serem uma forma de transmissão de cultura que pode chegar aos mais diversos meios e atingir um maior número de pessoas.

«Publicações D. Quixote», numa iniciativa comercial e cultural inédita entre nós, acaba de fazer sair os seus dois primeiros títulos, «Contos populares portugueses» de Adolfo Coelho e «O Delfim» de José Cardoso Pires que, esperamos, sejam o prenúncio de uma maior difusão da nossa enorme riqueza literária.

ENCONTRO NACIONAL das BASES de SAÚDE

Em 16 e 17 de Julho passado, decorreu em Évora o «6.º Encontro Nacional das Comissões de Base de Saúde», subordinado ao tema «Saúde — um direito igual para todos» e no qual a ADFA esteve presente, como entidade convidada, através da Delegação naquela cidade. A notícia aqui fica, devendo-se o atraso a só agora termos recebido o respectivo relatório final.

Com a presença de 900 delegados e cerca de 300 convidados, em representação das C.B.S., de inúmeras autarquias e de numerosas outras entidades, foram analisados os mais variados problemas relacionados com o campo da saúde em Portugal, o Serviço Nacional de Saúde e a política do Governo, tendo sido apresentadas seis moções para discussão.

Desde questões sobre o aproveitamento e o funcionamento de equipamentos — simples aparelhos ou até serviços intei-

ros —, sobre legislação, nomeadamente a que diz respeito à medicina no trabalho e doenças profissionais, sobre verbas para o sector, preços de medicamentos e lista de remédios comparticipados, até ao problema do envelhecimento e ensino/especialização em Gerontologia/Geriatria, assim como de assistência materno-infantil, passando pela «qualidade de vida» e «ambiente», tudo foi tratado, tendo sido aprovadas propostas e conclusões que pretendem contribuir para um melhor serviço de saúde nacional, o qual, como reconhecem os próprios responsáveis, está ainda longe de ser o melhor, mesmo até de ser bom.

Uma moção especial notando o facto de tanto a RTP como a RDP, ao invés de outros órgãos de comunicação social, não ter estado presentes, apesar de devidamente convidadas e informadas.

A finalizar, transcrevemos um conceito da Organização Mundial de Saúde, recordada no texto da 4.ª moção e que nos parece de enorme significado, lamentavelmente não compreendido por muitos:

— A saúde é um estado completo de bem estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença.



I Grande Guerra Mundial

Passaram, em 11 de Novembro, 70 anos sobre a assinatura do Armistício da I Grande Guerra Mundial (1914-18), na qual participou Portugal com o seu CEP (Corpo Expedicionário Português). Como tradicionalmente, também este ano se realizou a condigna comemoração, salientando-se a cerimónia em Lisboa, junto ao Monumento dos Combatentes, na Av. da Liberdade e organizada conjuntamente pela Liga dos Combatentes (que, recorde-se, é uma instituição nascida em resultado desse mesmo conflito) e pelos diversos Estados Maiores das Forças Armadas.

Presidida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, ao acto assistiram muitas individualidades civis e militares, antigos combatentes, adidos militares estrangeiros e muito público, sendo inúmeros os ramos de flores que ficaram depositados na base do monumento, entre eles o da ADFA, representada pelos sócios José Arruda e Armando Alves.



No âmbito do intercâmbio com a Secretaria de Estado da Segurança Social e tendo sido determinado aumentos nos va-

lores de vários tipos de pensões e outros subsídios, dos mesmos se dá a respectiva informação:

Regimes de Segurança Social e Tipos De Pensões	NOVOS VALORES	
	DEZEMBRO 1987	DEZEMBRO 1988
1. Regime Geral		
• Invalidez e Velhice - Pensões Mínimas	13 000\$00	14 600\$00
- Pensões Acima das Mínimas (Exemplo)	15 170\$00 30 330\$00 45 490\$00	16 690\$00 33 360\$00 50 040\$00
2. Regime Especial dos Trabalhadores Agrícolas		
• Invalidez e Velhice	9 600\$00	10 700\$00
3. Regimes não contributivos e Equipados		
• Invalidez e Velhice	8 600\$00	9 700\$00
Suplemento de Grande Invalidez	Dezembro	Dezembro/88
1. Invalidez e Velhice do regime Geral	4 830\$00	5 420\$00
Regime Especial Agrícola e Pensão Social	4 140\$00	4 650\$00
2. Sobrevivência (Todos os regimes)	2 900\$00	3 260\$00
• Complemento de cônjuge a cargo	2 150\$00	2 420\$00

• Estes valores de pensões entrarão em vigor em 1 de Dezembro.
• O Subsídio de Natal, devidamente actualizado, será pago em simultâneo com a pensão de Dezembro.

ADFA «mexe» em Dezembro

A actividade desportiva da ADFA vai conhecer, durante Dezembro, uma razoável agitação, já que são várias as acções em que vai participar, algumas delas integradas nas comemorações do «Dia Nacional do Deficiente». Assim, teremos:

— no dia 3, a partir das 9 horas e no pavilhão do SCP/Alvalade, um torneio quadrangular de basquetebol/cadeira de rodas, organizado pela secção desportiva do Centro de Reabilitação de Alcoitão, em que estarão presentes, para além da ADFA e do Clube Recreativo de Alcoitão, a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) e o Clube Mira Sintra;

— a 10, e numa jornada de sensibilização levada a cabo pela Delegação de Évora, com a colaboração da edilidade, integrada no Dia do Deficiente, um jogo de basquetebol/cadeira de rodas entre equipas da ADFA/Lisboa e da APD.

Eis o programa completo deste aliciante dia:

10 horas — saída de Lisboa das delegações;

12 horas — almoço oferecido pela Câmara Municipal e pela Delegação;

14 horas — espaço sócio-cultural, com convívio, troca de impressões e exposição, na Escola Secundária André de Gouveia;

17 horas — jogo, no mesmo local e

18 horas e 30 — bebereite na Delegação;



— a 11, também no âmbito das mesmas comemorações e desta vez numa organização da Câmara Municipal de Loures, no pavilhão «Paz e Amizade», a partir das 9 horas, várias provas de atletismo, estando a ADFA/Lisboa representada em 4000 m, slalom (100 m cadeira de rodas, com obstáculos), ténis de mesa e basquetebol/cadeiras de rodas, sendo a delegação integrada pelos atletas António Conde Botelho, António José Vilarinho, Carlos Gilberto Noivo, Horácio Armando Ferreira, Jorge Santos Neto, Manuel Borges, Vítor Borges e José Ferreira

Pavoeiro, para além do técnico José Gomes.

Nesta mesma data realiza-se uma outra interessante prova, a que a ADFA, embora convidada, o que agradece, não pode, por razões óbvias, comparecer (*). Trata-se da «I Corrida da Amizade», uma organização da associação CREAD — Centro de Reabilitação e apoio a Deficientes —, de Queluz.

— a 18, o duro e desafiante «II Circuito de Natal», prova da responsabilidade do Grupo Desportivo Murtalense e que consta de corrida em cadeira de rodas, num percurso de 7,5 kms, passando por Murtal, Parede, Madorna, Penedo e São Pedro do Estoril.

Para quem esteja interessado em assistir e apoiar a equipa da ADFA, o início está previsto para as 10 horas e 30 minutos.

(*) É óbvio... que quando referimos «razões óbvias» para a não comparencia nesta prova, o que gostaríamos de fazer, o dizemos não só por estarmos noutra local, no mesmo dia e hora, como também devido ao, ainda, pequeno número de atle-

DESPORTO

DESPORTO

DESPORTO



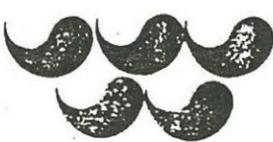
tas de que dispomos. E «ainda», porque esperamos, relativamente em breve, assistir a um bom incremento nas actividades desportivas, já que se tem notado uma maior regularidade aos treinos e uma maior vontade de participar. De salientar que, para além de ter aumentado a frequência dos nossos atletas, outros deficientes, amigos ou conhecidos dos associados, têm manifestado interesse em também treinar.

Recordemos o local e horário:

Quartel do RALIS, 3ª feira — das 18.30 às 19.30;

6ª feira — das 18.30 às 20.30 e

sábado — das 10.00 às 12.00.



'88 SEOUL PARALYMPICS



Ainda os «Para-olímpicos» para deficientes, sim senhor! Para nos penitenciarmos! Na realidade, «embandeirámos em arco» demasiado cedo quanto ao interesse manifestado pela Comunicação Social em relação a este acontecimento. A RTP transmitiu diariamente, é certo, notícias e até reportagens, alguma imprensa dispôs espaço ao assunto, nomeadamente aquando do regresso da representação nacional, mas depois? Depois, tudo voltou ao esquecimento, tudo voltou à «normalidade». Até por parte de quem não se esperava...

Com a devida vénia (a «Olimpo» -n.º 76-, órgão do Comité Olímpico Português, e ao «SETE») e a geito de comentário, as «fotografias de uma notícia e de uma crónica:

Recapitulemos: da responsabilidade da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, e com vários apoios (nomeadamente DGD, Sec. Estado da Segurança Social e algumas autarquias), a delegação portuguesa era constituída pelos atletas António Oliveira e Teresa Vendeiro (Centro de Coimbra), João Alves, Nuno Duarte, Fernando Ferreira, Olga Pinto, Ana Paula Fonseca e Albertina Cabral (Viseu), Manuel Baltazar, Lúcio Almeida e Perpétua Vaza (Oeiras), José Joaquim Rebelo e Emília Lago (Porto), para além dos respectivos técnicos e dirigentes.

RECEPÇÃO NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Sr. Dr. Mário Soares recebeu cumprimentos de despedida da Missão que foi participar nos Jogos Olímpicos. No Palácio de Belém, S.E. o Presidente da República ofereceu em 30 de Agosto um cálice de Porto a dirigentes do C.O.P. e das Federações e bem assim aos seleccionados para Seul, atletas e técnicos. Motivo de ensejo a um agradável convívio que muito sensibilizou todos os presentes.

Numa jornada de alegria e de confraternização que nada ficou a dever aos Jogos Olímpicos, em termos de organização e participação relativa, esti-

veram presentes cerca de 4000 atletas de 65 países, tendo Portugal, com os seus 13 representantes e 12 medalhas, sido o país que, comparativamente, mais triunfos alcançou.

Quem escreve este artigo não gosta, mesmo nada, de fazer um determinado tipo de análises, principalmente quando impliquem tais «comparações» e, muito menos, «estatísticas», já que o seu uso é, quantas vezes, manipulado e mal intencionado. Mas também, por vezes, apetece bem fazê-las. E com maldadezinha, reconheça-se, aqui fica mais esta, para a qual, no entanto, se pede a necessária relatividade... até mesmo na intenção: 12 atletas, 2 medalhas de ouro (dois recordes mundiais, subida no mastro da bandeira das quinas e todo o estádio de pé, a ouvir um Hino, que como aquela, se pretende de todos os portugueses...), 3 medalhas de prata e 4 de bronze, para tão poucos apoios e uma verba de apenas 6500 contos. Quanto terá custado aquela outra, que entre atletas, técnicos e dirigentes, deslocou a Seul mais de uma centena de componentes, conseguindo-se uma muito brilhante medalha de ouro (mas apenas!) ? Transcrevemos do já citado «Olimpo» e do seu Editorial, assinado pelo Eng. Lima Bello: «E para nós portugueses também valeu a pena.

Apesar da distância e dificuldade das ligações e do trabalho de organizar uma missão com o número de atletas que atingiu, uma medalha, um conjunto de resultados confirmando os nossos objectivos e mesmo ultrapassando-o largamente em bom número de atletas, apesar de algumas decepções, são prémio suficiente». Bom, quanto aos «para-olímpicos», diremos apenas: se valeu

E, pequeno parêntesis, a propósito, já algum contabilizou o número de atletas «normais» que se deficientou, não só no seu dia a dia de trabalho ou lazer, mas também, exactamente, na prática desportiva?

Para finalizar, no entanto, uma dupla nota de esperança. As assinaturas, uma para muito breve, de escritura de constituição da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes e outra, já firmada, de um protocolo entre a DGD (Direcção Geral dos Desportos) e a comissão instaladora da mesma Federação, para implementação e concretização do Plano Integrado de Desenvolvimento Desportivo, (elaborado por aquele organismo), no que diz respeito à prática organizativa e participativa dos deficientes.

Mas desta questão, pela sua importância, trataremos com o devido destaque em próximo ELO.

CARTA ABERTA

Senhor Presidente:

«Deficientes de ouro também vão a Belém?»

Senhor Presidente, Excelência: Fiquei muito satisfeito por V.Ex.ª ter recebido a nossa «Rosinha de ouro» mais o seu treinador Zé Pedrosa. Acto bonito que se saúda e compreende porque todos nós, os cidadãos deste País, temos pela menina da Foz admiração e consideração. V.Ex.ª, como legítimo e autorizado Presidente de todos nós, figurou como porta-voz do obrigado lusitano. Exerceu um direito e cumpriu um dever. Espero, agora, que também as portas de Belém se rasguem para (do mesmo modo) serem abraçados e distinguidos pelo País os portugueses deficientes que, igualmente em Seul, conquistaram o direito a outras medalhas de ouro. Graças a Deus, a Rosinha tem boas pernas para correr, tem a voz que todos entendemos, pode saltar ou cantar: é uma senhora perfeita, benza-a sempre quem mais pode. Mas talvez nunca tenham dito a V.Ex.ª que foi necessário ter uma espantosa força de vontade, uma tremenda tenacidade, um quase inacreditável apego à vida para qualquer deficiente ir (laboriosa, pacientemente) ganhando força e coragem para enfrentar o desnível

NEVES DE SOUSA



numa sociedade implacável para os menos dotados. Ora, depois de ganharem a primeira batalha, chegarem à Coreia do Sul e, nos mesmos palcos dos «prodígios» desta geração, conquistarem ouro, prata e bronze, é obra! Se o senhor Presidente desejar, a gente fornece-lhe nomes: Olga Pinto (de Viseu), Emília Lago (do Porto), Manuel Baltazar (de Lisboa). E o Joaquim Rebelo, que também foi da Invicta até Seul para bater um máximo mundial na corrida dos 400 metros.

Estou em crer que, se não aconteceu «gaffe» do «staff» presidencial, V.Ex.ª já agendou uma recepção a portugueses (atletas e mestres) que não podem ser considerados de segunda apanha. Fico confiando que, ao menos por quinze minutos, os carrinhos de rodas tenham o direito de verem o Tejo da varanda do Palácio do meu Presidente. Com todo o respeito.

Neves de Sousa

Um abraço especial ao Neves de Sousa. E já agora, também um para a Rosinha de todos nós

Emitida esta edição e, com regularidade mensal, completa o nosso «ELO» 14 anos de existência.

Neste período o jornal vestiu diferentes tipos de roupagem, quer no aspecto da apresentação quer, inclusivamente, na variada forma como difundiu a sua temática informativa.

Tal diversificação, desde a publicação zero, ocorrida a 23 de Novembro de 1974, até à edição presente, é reveladora da constante mutação por que passou a ADFA, também ela caixa de ressonância da evolução da sociedade portuguesa, à qual este mensário sempre teve a intenção de se dirigir.

Embora porta voz das grandes linhas de orientação no que respeita à vida associativa, à reintegração e reabilitação das diversas Direcções Centrais que governaram esta casa, o «ELO» foi também, sem dúvida, reflexo da dinâmica e de cunho pessoal dos diversos directores que conheceu.

Nomeando e salientando o meritório trabalho de todos os antecessores, e equipas que com eles colaboraram, permito-me salientiar os dois primeiros directores do Elo cujos nomes não figuraram na 1.ª página por, ao tempo, assumir a sua direcção a comissão AD-HOC e que foram António Calvino e Fernando Brito.

Militantes atentos que, do nada fizeram surgir um Jornal, tarefa habilmente continuada pelos sócios João Vasconcelos, Lavouras Lopes e Lima Cascada.

No entanto, portas a dentro da nossa associação, não houve direcção nem equipa responsável pelo «ELO» que não tenha sido contestada.

A nível de consumo interno, o nosso jornal, para alguns não é mais do que uma pequena folha com pouca informação e constantemente carente de força doutrinária. Creio que todas as equipas dirigentes do jornal sentiram este mesmo tipo de crítica fácil, só que todas elas, tal como a que presentemente a orienta, estiveram conscientes de defender os interesses superiores da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e dos seus associados, cientes, também, de que quem os critica é incapaz de produzir trabalho de mor valia.

No entanto, e a nível externo, sobretudo por não existir nestes últimos 14 anos publicação que mantenha regularidade mensal como acontece com o «ELO», grangeou merecido reconhecimento e atenta leitura.

Contra vontade e «clarividências» de alguns dos nossos «bandarras» e profetas do Maldito, o nosso jornal é ansiosamente esperado, para se saber o que a ADFA opina a nível da temática dos deficientes, por muitas organizações deste país.

Reconhece-se que nem todas as edições do «ELO» tiveram a mesma qualidade de informação e de apresentação. No entanto, o nosso jornal tem sido, na realidade, um elo forte de ligação entre os associados desta casa e um ponto de referência, a nível interno e externo, das grandes linhas de orientação que os órgãos directivos da ADFA emanam sobre a temática da deficiência, nos campos nacional e internacional.

Esperando continuar a manter bem acesa a chama recebida das anteriores equipas, pretendo a actual, enquanto lhe for mantida a confiança, prosseguir na intransigente defesa dos direitos e ideias da ADFA, dos seus associados e, em geral, dos deficientes.

O Director

Um aniversário pode, pois, não ser apenas uma «festa», mas deve também, ser um momento de reflexão. Rezava assim o ofício da Direcção Central enviado a todos os antigos directores e colaboradores do ELO, por motivo dos seus 14 anos de existência: «Encontrando-se a ADFA num período importante da sua vida, a preparação do III Congresso, pensamos ser esta uma oportunidade para repensar o ELO e tentar fazer chegar aos sócios um jornal mais de acordo com os interesses dos deficientes militares. A Direcção Central convida-o para participar num debate sobre o tema — O ELO, que futuro?»

Pois é! Infelizmente poucos puderam ou quiseram responder a este desafio, e assim para além dos actuais colaboradores directos do jornal, apenas

estavam presentes os sócios José Arruda, da DC e José Maia, da Delegação de Coimbra. Como diria Patuleia Mendes, pelo menos até ao Congresso, terão mesmo que ser estes poucos a decidir o que é o nosso jornal.

Mas não se pense que foi uma reunião sem resultados ou mesmo sem qualquer dinâmica. Embora a confirmação de uma forma de estar associativa que já foi altamente participativa, mas que se encontra, agora, mercê de várias causas, numa quase indiferença geral, para não usar o termo de estagnação, que seria injusto para uns quantos, a troca de impressões foi bastante positiva, assim como muito interessantes de considerar algumas das sugestões e das críticas.

José Arruda iniciou os trabalhos, saudando os presentes e focando como razão deste encontro, a necessidade dos que trabalham no projecto/realidade ELO se juntarem para o debater e questionar, nomeadamente no que se deseja para a ADFA e no que se quer dizer à sociedade exterior. Aliás, aberta a discussão, não só em termos de jornal como de informação em geral, dela poderia sair um documento a apresentar ao Congresso.

O Presidente da DC lembrou, depois, anteriores responsáveis, falou de problemas que se levantaram, de críticas, de alegrias e de desilusões, de consciência colectiva, reafirmando que sem o ELO, a ADFA não conseguiria comunicar com os seus sócios nem veicular tanta informação, tanta ansiedade, tanta reivindicação.

Falou de seguida Patuleia Mendes, realçando também que a ideia deste encontro era proporcionar um debate mais lato da questão da informação dentro da Associação e desta para o exterior, tendo recordado nomes como Calvino, Brito, Vasconcelos, Lavouras e Cascada, seus antecessores na função de Director, fazendo ainda uma rápida análise dos vários períodos porque passou o ELO, fruto de evolução de e na própria sociedade em que se insere: uma primeira fase mais panfletária, depois um tempo de introversão, mais «denso», mais doutrinário (mas extremamente importante pela contribuição que deu na formação da consciência e da mentalidade do deficiente militar) e, finalmente, o aspecto actual, órgão informativo mais geral, mais aligeirado (sem que isso corresponda, de forma nenhuma, a um abdicar de «vontade» ou de «razão»), apresentando-se

ELO ANIVERSÁRIO

com mais espaços documentais e, também, com melhor leitura. E dentro desta atitude evolutiva, explicou que se devia, exactamente, ao maior sentir de responsabilidade da DC no ajudar, o facto de se ter colocado como Director do jornal um elemento da mesma DC, ao mesmo tempo que se procurava a colaboração de um jornalista profissional (e lembrou Cid dos Santos, até há pouco ocupando esse lugar) e o concurso de um maquetista. Finalmente referiu a actual equipa de trabalho que, como qualquer outra tem merecido louvores e críticas, sendo, no entanto, de plena confiança da DC.

Intervieram depois, quer o ex-Director e responsável pelo Departamento de Assuntos Sociais e Culturais, Eduardo Cascada, quer José Sande, do corpo redactorial, assim como, novamente José Arruda e Patuleia Mendes, focando entre outros assuntos, as graves dificuldades administrativas porque passa o ELO, com carências de material e de pessoal, produto da situação económico-financeira da instituição. Mas muito importante foi a questão que se pôs, da falta de colaboração dos sócios, e até mesmo de algumas Delegações, que podendo dar notícias e escrever artigos, só por muita insistência o fazem, pelo que haverá que reconhecer que, pior ou melhor, o que sai é o possível. E entre o melhor está, não se pode esquecer, o ELO sonoro, desde 1986, pioneiro em Portugal desta forma de Imprensa falada.

Interviu depois José

Maia, vindo expressamente de Coimbra, para onde teria que voltar logo de seguida. E interveio sentidamente, reconhecendo que já não era sequer desilusão o que sentia perante as ausências, perante até a própria ADFA. E questionou se seriam as pessoas que não se interessavam pelo ELO ou não o contrário, isto é, o ELO que não se interessava pelas pessoas. Falando da sua experiência (e recordou actos censórios de que se considerou vítima) e do conhecimento que tem da sua zona, disse que talvez as pessoas que pela sua capacidade, cultura e conhecimentos pudessem escrever artigos de interesse, não estejam motivadas para o fazer, pois, considerou, o próprio jornal e a Direcção Central nunca tentaram, a sério, fazer compreender aos sócios a importância que o ELO tem na vida associativa. Por outro lado há que lembrar que há questões económicas que se põem nessa colaboração já que, por exemplo, não sai barato andar à procura de informação regional e as Delegações, normalmente, não têm verbas para tal. Finalmente, tendo ainda algumas críticas há, por vezes, falta de resposta da Sede para questões que lhe são postas, sublinhou que o sócio não pode apenas encerrar o jornal como folha informativa de aumento de pensões ou de obtenção de descontos, devendo senti-lo como veículo de informação generalizada, sendo um «elo» entre todos.

Voltando-se a uma conversa generalizada, já que os intervenientes eram

tão poucos, reforçou-se a ideia de que há que encarar a feitura do jornal com uma perspectiva um pouco diferente, sem que a realidade, no entanto, apague o sonho (e isto no sentido de um excessivo profissionalismo, no nosso caso concreto de luta, reivindicação e esperança, pode fazer perder as necessárias características)... sem perder de vista que as dificuldades financeiras se vão manter (e Armindo Roque, a propósito, recordaria o material precário com que trabalha o repórter fotográfico, por exemplo).

Foi, pois e apesar de tudo, com palavras de realismo entusiasta (ou entusiasmo realista?) que a sessão acabou, já que muito houvesse ainda para dizer (e só estavam seis pessoas...).

Na sala da Biblioteca os trabalhadores da Sede e alguns convidados esperavam para um pequeno beberece comemorativo. Arruda iniciou-o com palavras de agradecimento a todos os que, não sendo colaboradores directos do jornal, muito contribuem para que ele seja feito e enviado. E entre a natural alegria que estas ocasiões proporcionam, porque alguém protestou por não haver bola de aniversário, lá se cantou o «Parabéns a Você» à luz de um fósforo implantado em pequeno pastel de nata.

Até para o ano!

